das respectivas Repartições de Finanças que, nesta matéria, cumprirá as ordens e instruções emanadas da Administração da Caixa Geral de Depósitos.

Art. 4.º A Administração da Caixa pagará os serviços que à Caixa Económica Portuguesa prestam os chefes das Repartições de Finanças e respectivos tesoureiros, com 0,1 por cento dos saldos dos depósitos feitos na mesma instituição, apurados no fim do ano económico em consequência do regular movimento desse ano, acrescidos de 0,1 por cento da diferença para mais sobre o saldo do ano anterior.

§ 1.º A verba proveniente destas percentagens será entregué directamente pela Caixa Económica Portuguesa aos interessados, na proporção de $\frac{1}{3}$ para o chefe da Repartição de Finanças e $\frac{2}{3}$ para o tesoureiro.

§ 2.º A Administração da Caixa poderá deduzir da verba correspondente a cada delegação as despesas que fizer nesta, em igual período, para auxilio dos respectivos serviços.

§ 3.º Ficam revogadas as disposições contrárias ao determinado neste artigo e expressamente a alínea c) do artigo 26.º do decreto n.º 7:027-A, de 15 de Outubro de 1920, a alínea b) do artigo 3.º do decreto n.º 7:236, de 18 de Janeiro de 1921 e o § 1.º do artigo 14.º do referido decreto n.º 7:027-A, na parte applicável.

§ 4.º Por acôrdo entre a Administração da Caixa e a Administração dos Correios e Telégrafos, sancionado por portaria dos Ministérios respectivos, poderão as estações telégrafo-postais desempenhar as funções de agências da Caixa em todas as localidades do território da República, integrando-se assim neste estabelecimento os serviços da Caixa Económica Postal e dando-se aos fundos resultantes da respectiva liquidação o destino legalmente estabelecido. A remuneração do pessoal telégrafo-postal pelo trabalho que prestar será estipulada no acôrdo a que este artigo se refere.

Art. 5.º Nas filiais que a Administração criar fora do território da República, onde o movimento demográfico nacional exigir a assistência económica da Caixa Geral de Depósitos, poderá esta instituição encarregar-se do serviço financeiro do Estado, se o Governo lho cometer por decreto, estipulando-se previamente entre o Ministério das Finanças e o Conselho de Administração da Caixa as condições do funcionamento e do custeio do referido serviço.

CAPÍTULO II

Conselho de Administração

Art. 6.º O Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, que se compõe do administrador geral, presidente, e de quatro administradores vogais, reúne-se na sede da Caixa, realizando duas sessões por semana e as extraordinárias que forem necessárias.

§ 1.º As sessões extraordinárias serão convocadas pelo presidente, de sua iniciativa, ou a requisição de qualquer vogal.

§ 2.º É secretário nato do Conselho o vogal menos idoso; mas, a solicitação deste, poderá o Conselho eleger outro anualmente.

Art. 7.º No começo de cada anno o Conselho procederá à distribuição, entre os seus membros, do expediente dos serviços e despacho das diversas repartições. Quando assim o não faça, entende-se que subsiste a distribuição anterior.

Art. 8.º Quando o Conselho não puder funcionar pela falta ou impedimento da maioria dos seus membros, o administrador geral convocará os funcionários superiores da Caixa, suficientes para a constituição da maioria absoluta, preferindo os que exercem funções de consulta, inspecção e direcção.

Art. 9.º Na ausência ou impedimento do administrador geral, excedente a sessenta dias, o Conselho esco-

lherá o vogal que há-de desempenhar o cargo; quando a falta seja por menos tempo, o administrador geral indicará o vogal que há-de substituí-lo.

Art. 10.º As resoluções do Conselho de Administração, cujo conhecimento convenha tornar público, as suas determinações relativas ao contrato do pessoal e bem assim os regimentos e instruções que elaborar para a boa execução e rápido expediente dos trabalhos da instituição, serão objecto de ordens de serviço que o administrador geral assinará e publicará pela forma mais conveniente.

§ único. Também serão expedidas em ordem de serviço as determinações de carácter permanente que o administrador geral tomar, em matéria das suas atribuições.

Art. 11.º Compete ao Conselho de Administração;

1.º Organizar e propor ao conselho fiscal o orçamento da receita e despesa anual;

2.º Apresentar ao mesmo conselho o relatório e contas anuais da sua gerência;

3.º Verificar mensalmente a caixa e presidir aos balanços, actos em que pode fazer-se representar por um ou mais dos seus membros;

4.º Resolver sobre a conveniência de realizar quaisquer contratos com o Governo, corpos administrativos ou outros e estabelecer as respectivas condições;

5.º Determinar a taxa de juro, comissões e prémios das diversas operações que os não tiverem fixados por lei ou contrato;

6.º Estabelecer as condições gerais em que poderão fazer-se empréstimos a particulares sobre penhores, percentagem sobre as cotações e resolver sobre o reforço dos mesmos penhores quando se torne necessário, e bem assim determinar as quantias que devem ser applicadas a estas operações;

7.º Estipular, nos termos do artigo anterior, as condições e os limites em que se poderão abrir contas correntes caucionadas;

8.º Resolver sobre a colocação dos títulos pertencentes ao Estado, nos termos do n.º 5.º do artigo 1.º da base 1.ª do decreto n.º 4:670, de 14 de Julho de 1918;

9.º Resolver sobre a compra e venda de títulos por conta da Caixa e sobre o emprêgo a dar às disponibilidades e ao fundo de reserva, bem como acerca da conveniência de realizar qualquer empréstimo sobre penhor de títulos que tenha em conta própria;

10.º Dar o seu parecer sobre os assuntos que lhe forem propostos pelo Governo ou pelo administrador geral;

11.º Exercer todos os actos necessários à direcção superior e bom funcionamento da Caixa;

12.º Criar filiais, delegações ou agências com pessoal próprio da Caixa, onde o julgue necessário;

13.º Fixar os quadros e contratar o pessoal necessário para o serviço da sede, filiais, agências e delegações;

14.º Resolver sobre todos os assuntos de natureza contenciosa que surjam em qualquer das repartições;

15.º Deliberar sobre os mais assuntos que lhe sejam atribuídos por lei;

16.º Funcionar como conselho disciplinar da instituição e julgar as infracções do pessoal a que forem applicáveis as penalidades mencionadas nos n.ºs 5.º a 7.º do regulamento de 22 de Fevereiro de 1913;

17.º Conceder licença ao pessoal até sessenta dias.

CAPÍTULO III

Conselho Fiscal

Art. 12.º O conselho fiscal da Caixa Geral de Depósitos é formado pelos directores gerais da Fazenda e da Contabilidade Pública, por um representante do Conselho Superior de Finanças, eleito pelo mesmo, e por mais quatro vogais eleitos trienalmente pelo Senado, pela Câ-

mara dos Deputados, pelo Supremo Tribunal Administrativo e pela Junta do Crédito Público.

§ 1.º Sobre a sua constituição, funcionamento, competência e remuneração observar-se há o disposto nos artigos 8.º a 12.º da base 3.ª do decreto n.º 4:670; de 14 de Julho de 1918.

§ 2.º O conselho fiscal receberá 0,5 por cento da verba a que se refere o artigo 17.º da base 4.ª do decreto n.º 4:670, citado.

CAPÍTULO IV

Do pessoal

Art. 13.º O administrador geral e os administradores vogais da Caixa são de livre nomeação do Governo, nos termos do artigo 3.º, base 3.ª, do decreto-lei n.º 4:670, de 14 de Julho de 1918, e tem categoria equivalente à dos administradores gerais dos diversos serviços públicos e dos directores gerais dos Ministérios.

§ único. Os administradores tomam posse perante o Ministro das Finanças, extraindo-se do respectivo termo uma nota que será enviada à Secretaria Geral da Caixa para que conste do cadastro do pessoal.

Art. 14.º O pessoal da Caixa será contratado pelo Conselho de Administração conforme as necessidades do serviço, e nos termos e condições do regimento que o mesmo adoptar, sem prejuízo dos direitos que assistem ao antigo pessoal com provimento vitalício.

§ único. O Conselho de Administração providenciará de maneira a ficar assegurada, nos termos da lei, a subsistência do pessoal de contrato na doença e na invalidez.

Art. 15.º Para as filiais e serviços novos que a Administração estabelecer fora do país poderão também ser contratados funcionários de entre os que actualmente servem a Caixa, com provimento vitalício, os quais passarão a receber exclusivamente o estipêndio e as vantagens do seu contrato, ficando adidos ao quadro, com a garantia da sua antiguidade e mais direitos.

Art. 16.º Os empregados da Caixa Geral de Depósitos tomam posse e prestam compromisso de honra perante o administrador geral.

Art. 17.º Todo o pessoal de tesouraria é obrigado à nomeação de proposto, pessoa de sua confiança, aceite pelo Conselho de Administração, que o substitua em caso de impedimento legítimo.

Art. 18.º Os empregados de tesouraria deverão prestar caução em efectivo, hipoteca ou em títulos de dívida pública portuguesa, do valor que o Conselho de Administração fixar, de harmonia com a importância e responsabilidade dos respectivos cofres.

Art. 19.º Nenhum empregado poderá ser admitido ao serviço da Caixa Geral de Depósitos sem que tenha instruído o seu requerimento com os seguintes documentos:

- a) Certidão de idade;
- b) Certidão de habilitações literárias, científicas ou outras;
- c) Certificado do registo criminal;
- d) Atestado de boa conduta moral e cívica;
- e) Prova do cumprimento das obrigações militares;
- f) Atestado de sanidade;
- g) Certificado do seu respeito e acatamento às instituições republicanas.

Art. 20.º As vagas de ajudante de arquivista e conservador da casa forte serão providas nos serventuários por ordem de antiguidade, desde que reúnam qualidades que satisfaçam cabalmente às exigências do respectivo serviço, tais como: competência, assiduidade e zelo pelo serviço.

Art. 21.º As ordens e instruções relativas ao pessoal menor serão dadas, por intermédio da Secretaria, ao respectivo chefe, ao qual compete, cumulativamente, com o exercício do seu cargo de serventuário:

1.º Distribuir e fiscalizar o serviço do pessoal menor e dar conta das faltas por este cometidas ao chefe da Se-

cretaria, quer estas faltas sejam de serviço, quer de menos consideração para com os empregados da Caixa, ou para com o público;

2.º Cuidar na guarda e conservação da mobília e mais objectos, e vigiar pela limpeza das repartições e asseio de todo o edificio;

3.º Ter um livro de ponto do pessoal menor em que diariamente se inscreva este, e extrair desse livro a relação mensal das faltas, que apresentará ao chefe da Secretaria;

4.º Diariamente, antes do encerramento do edificio, verificar que nas repartições não fica pessoa alguma. No desempenho desta diligência será sempre acompanhado por um serventuário, por turno.

Art. 22.º Será fornecido fardamento ao pessoal menor, de dois em dois annos.

Art. 23.º Os serventuários usarão de uniforme durante as horas de expediente, tanto para serviço interno como externo.

Art. 24.º Os serventuários executam não só o serviço de contínuos das repartições, mas também os de limpeza e arrumação das mesmas.

Art. 25.º As pretensões, reclamações ou pedidos dos funcionários devem ser dirigidos, por escrito, à Administração, sempre por intermédio dos respectivos chefes de serviços que as informarão, enviando-as à Secretaria, cujo chefe as apresentará. A inobservância do que fica disposto importará, pelo menos, o não conhecimento da pretensão, reclamação ou pedido formulado.

Art. 26.º Os funcionários da Caixa Geral de Depósitos têm as prerrogativas atribuídas aos da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, nos n.ºs 2.º, 3.º, 4.º e 9.º do artigo 63.º do decreto n.º 5:524, de 10 de Maio de 1919.

§ único. Outrossim terão a prerrogativa a que se refere o n.º 1.º do referido artigo 63.º os funcionários da Caixa que exercem funções de direcção, inspecção, fiscalização, guarda e transporte de dinheiro e valores, bem como os encarregados da vigilância e segurança dos seus edificios e instalações.

Art. 27.º Na Secretaria da Administração haverá um livro-cadastro que deverá conter, em verbas individuais, relativas a cada empregado, o seu nome, habilitações, serviços anteriores, datas das nomeações e posses, despachos e portarias de louvor, despachos de promoção e concessão e gozo de licenças, notas das faltas e penas impostas e a apreciação do seu serviço relativamente a cada anno. Este livro será escriturado em harmonia com os elementos officiais fornecidos pelas diferentes repartições, sendo proibida a inserção de quaisquer informações elogiosas ou deprimentes que não tenham origem official.

§ único. As certidões de serviço requeridas por qualquer empregado, serão passadas pelo encarregado do cadastro, sob despacho do administrador geral.

CAPÍTULO V

Atribuições e deveres dos funcionários

Art. 28.º Incumbe ao administrador geral:

1.º Superintender em todos os serviços dependentes desta instituição que não sejam da competência exclusiva do Conselho de Administração;

2.º Inspeccionar e ordenar inspecções aos mesmos serviços;

3.º Representar a Caixa em todos os actos em que esta tenha de intervir;

4.º Ordenar tudo o que seja conveniente para o bom funcionamento e regularidade dos serviços, providenciando para que se mantenha a ordem e a disciplina nas repartições;

5.º Expedir as instruções e ordens para o melhor desempenho dos serviços;

6.º Exercer, em relação ao pessoal, as atribuições disciplinares que lhe competirem e nomeadamente aplicar as penalidades estabelecidas nos n.ºs 1.º a 4.º do regulamento de 22 de Fevereiro de 1913;

7.º Abrir concursos para todos os fornecimentos e obras que devam ser adjudicados por este meio, dentro das verbas orçamentais;

8.º Autorizar todas as despesas de gerência e administração nos termos orçamentais e assinar as competentes fôlhas e ordens de pagamento;

9.º Visar, quando o julgar conveniente, os recibos de levantamentos de fundos que estejam à ordem da Caixa;

10.º Despachar em todos os processos que pelo regulamento lhes sejam reservados, naqueles em que se levantarem dúvidas, que os chefes de serviço não possam decidir, ou nos que entenda dever chamar para resolver;

11.º Autorizar a passagem das certidões que lhe sejam requeridas;

12.º Levar ao conhecimento do Conselho todos os assuntos em que este tenha de intervir, fazendo acompanhar o processo de todos os documentos e informes necessários;

13.º Propor ao mesmo Conselho as providências que julgue convenientes aos interesses da instituição e as que necessitem da intervenção do Governo ou do Poder Legislativo;

14.º Submeter a despacho do Ministro das Finanças todos os negócios que forem da competência deste ou do Governo;

15.º Prover em todos os casos urgentes e inadiáveis, mesmo naqueles cujo conhecimento é reservado ao Conselho, até que este possa avocá-los e resolver definitivamente;

16.º Desempenhar todas as mais atribuições que lhe competem pela lei e por este regulamento ou por leis especiais;

17.º Conceder licenças ao pessoal até vinte dias.

Art. 29.º O administrador geral poderá consultar, sobre os negócios que lhe forem affectos, a Procuradoria Geral da República.

Art. 30.º Aos chefes de serviços compete:

1.º Regular os trabalhos das suas repartições e distribuí-los aos empregados seus subordinados;

2.º Despachar e resolver os assuntos da sua competência nos termos deste regulamento;

3.º Informar e apresentar à Administração os processos que careçam de despacho;

5.º Levar a despacho, com a sua informação, os processos e assuntos em que tenham dúvidas;

5.º Assinar as certidões sobre negócios das suas repartições, quando autorizadas por despacho;

6.º Prestar ou requisitar das outras repartições as informações necessárias para o desempenho dos trabalhos da sua competência, quando não seja precisa a intervenção da Administração;

7.º Assinar a correspondência da sua repartição que não seja reservada à Administração;

8.º Manter a ordem e a disciplina entre os empregados seus subordinados, vigiando porque desempenhem os serviços com zelo e assiduidade;

9.º Advertir os empregados que faltarem aos seus deveres e dar conhecimento ao administrador geral dos factos de maior gravidade;

10.º Informar sobre os pedidos de licença dos seus empregados;

11.º Apresentar na secretaria, até o dia 10 de cada mês, as notas das faltas dadas pelos seus empregados nos trinta dias antecedentes, indicando os motivos que as justifiquem, se fôr caso disso;

12.º Apresentar à Administração, até o dia 30 de Julho de cada ano, um relatório do estado dos serviços das

respectivas repartições, com referência ao ano económico anterior, e da forma como foram desempenhados os mesmos serviços pelos empregados seus subordinados;

13.º Propor superiormente as medidas que entendam necessárias para o melhor desempenho dos trabalhos das suas repartições;

14.º Desempenhar as mais atribuições que lhes são impostas por este regulamento.

Art. 31.º O chefe de serviços será substituído nas suas faltas ou impedimentos pelo empregado que fôr designado pelo administrador geral, e tenha a suficiente categoria.

Art. 32.º Os chefes das secções dirigem e executam os trabalhos que lhes forem incumbidos, sob a fiscalização dos respectivos chefes de serviços.

§ único. O chefe da secretaria está na imediata subordinação do administrador geral, e na parte aplicável desempenha atribuições semelhantes às mencionadas no artigo 30.º

Art. 33.º O pessoal das diversas repartições desempenhará os serviços que lhe forem distribuídos pelos seus respectivos chefes.

Art. 34.º O conselho de administração escolherá, de entre os serventuários, aquele que deve vigiar sobre os serviços a cargo do pessoal menor.

Art. 35.º A nenhum empregado é permitido acumular o exercício do seu emprêgo com outras funções que o impeçam do cumprimento dos seus deveres, e em caso algum os funcionários da Caixa poderão ser encarregados de qualquer comissão de serviço sem prévio assentimento do Conselho de Administração. Quando, em contração deste artigo, algum funcionário persista no exercício de uma comissão, a sua ausência considerar-se há abandono de lugar, desde que exceda trinta dias.

Art. 36.º É proibido aos empregados promover o andamento ou a resolução de processos ou pretensões de particulares dependentes da Caixa Geral de Depósitos e receberem dos interessados qualquer remuneração pelo desempenho de serviços da Caixa, ou a pretêto da mais rápida expedição dos mesmos serviços. É proibido também aos empregados, sob as mais graves penas disciplinares, revelar ou publicar os factos de que tiverem conhecimento no exercício das suas funções, quando para isso lhes não seja concedida autorização superior.

CAPÍTULO VI

Da inspecção

Art. 37.º A inspecção aos serviços da Caixa compete especialmente ao administrador geral e é exercida directamente por ele e pelo pessoal encarregado desta função.

§ único. Também o Conselho de Administração poderá ordenar e fazer inspecções por delegação em algum dos seus membros, que para esse efeito é equiparado ao administrador geral.

Art. 38.º O quadro do pessoal de inspecção é constituído por um inspector, que será o seu chefe, e pelos sub-inspectores que as necessidades do serviço exigirem, escolhidos entre os empregados mais categorizados ou pessoas competentes que o Conselho de Administração contratar.

§ único. O pessoal de inspecção, quando no exercício do seu cargo, usa de uma competência que não cede perante a categoria de qualquer funcionário, e só é limitada pela dos administradores da Caixa.

Art. 39.º As inspecções serão feitas com a possível regularidade e frequência, e segundo as instruções que para tal efeito forem adoptadas.

§ 1.º As inspecções às filiais e delegações das ilhas adjacentes devem ser feitas de dois em dois anos, pelo menos, e os funcionários que as realizarem

terão direito ao dôbro dos abonos da ajuda de custo fixados na tabela em vigor.

§ 2.º As inspecções aos serviços estabelecidos fora do continente da República e das ilhas adjacentes serão feitas, de preferência, pelo administrador geral e mais membros do Conselho de Administração.

§ 3.º Os administradores da Caixa, nas inspecções a que procederem, poderão ser acompanhados por empregados que os auxiliem e secretariem.

Art. 40.º O administrador geral requisitará à Administração dos Caminhos de Ferro do Estado, e quanto possível às outras empresas transportadoras, os passes anuais ou bilhetes gratuitos de transporte nas respectivas linhas, que forem necessários ao Conselho de Administração da Caixa e aos funcionários incumbidos do serviço permanente de inspecção e fiscalização.

Art. 41.º Compete ao inspector:

1.º Desempenhar nas repartições, filiais, agências e delegações da Caixa Geral de Depósitos, por si ou por seus subordinados, os serviços de inspecção que forem determinados superiormente;

2.º Informar a Administração acerca de todos os assuntos relativos às filiais, agências e delegações em que a mesma Administração tenha de intervir;

3.º Propor as providências necessárias ao bom funcionamento das filiais, agências e delegações;

4.º Prestar ou requisitar directamente às repartições da Caixa Geral de Depósitos as informações necessárias para o desempenho dos trabalhos da sua competência ou que interessem ao bom funcionamento dos serviços, quando não seja precisa a intervenção do administrador geral;

5.º Advertir os empregados que faltem ao cumprimento dos seus deveres, dando conhecimento ao administrador geral de todos os casos que estejam incursos no regulamento disciplinar, ou que exijam quaisquer providências da parte da Administração; e quando as faltas sejam cometidas por chefes de serviços ou de repartição, a advertência fica reservada à Administração;

6.º Prestar nas repartições da Caixa Geral de Depósitos, ou fora delas, serviços próprios da sua categoria, sempre que o administrador geral o determine;

7.º Distribuir o serviço de inspecção pelos seus subordinados, dar-lhes as convenientes instruções, apreciar os respectivos relatórios e apresentá-los, com o seu parecer, ao administrador geral;

8.º Arquivar todos os relatórios e mais trabalhos da Inspecção;

9.º Finalmente, apresentar, no fim de cada ano um relatório circunstanciado dos trabalhos que tenha executado ou que se tenham realizado sob a sua direcção, emitindo o seu parecer sobre os diversos serviços e seu aperfeiçoamento, e informando acerca do pessoal da Caixa, especialmente do que lhe é dependente.

CAPÍTULO VII

Contencioso — Consulta jurídica

Art. 42.º Adjunta à Administração funcionará uma secção denominada «Contencioso», destinada à informação, consulta e processo de toda a matéria de natureza jurídica e contenciosa.

Art. 43.º O serviço do Contencioso estará directamente subordinado ao Conselho de Administração e é chefiado por pessoa da escolha do mesmo que, a par das necessárias condições de idoneidade, possua a carta de bacharel formado em direito.

§ único. O quadro do pessoal respectivo será constituído pelos empregados que as necessidades do serviço exigirem e o Conselho de Administração determinar.

Art. 44.º Ao lado desta secção haverá um advogado consultor, contratado pelo Conselho de Administração entre bacharéis formados em direito, de reconhecido mé-

rito, que tenha prática forense e notarial, além do conhecimento dos serviços públicos e administrativos.

§ único. O advogado consultor terá como auxiliar, quando necessário, um solicitador que exercerá as funções inerentes a este cargo, segundo as instruções que este lhe der.

Art. 45.º Compete à Secção do Contencioso:

a) Organizar e informar todos os processos de justificação para levantamento de depósitos e espólios, e, bem assim, os relativos à matéria dos artigos deste regulamento;

b) Instruir os processos disciplinares;

c) Preparar e coligir a documentação e os elementos de informação necessários à instrução das causas em que a Caixa seja autora ou ré;

d) Preparar a redacção dos contratos em que a Caixa tenha de outorgar, depois de recebidos das repartições competentes os elementos indispensáveis;

e) Solicitar nas estações oficiais todas as informações, certidões e registos que interessem à Administração da Caixa;

f) Expedir as instruções do Conselho de Administração para o protesto de letras e títulos análogos, e para a venda de valores e de mercadorias penhoradas;

g) Intervir na redacção das minutas dos contratos de seguro das propriedades, bens e valores da Caixa;

h) Arquivar todos os títulos de propriedade e outros documentos avulsos que interessem à administração da Caixa;

i) Preparar e submeter ao visto do advogado consultor todos os processos e assuntos em que este tenha de intervir *ex officio* ou por despacho;

j) Instruir e expedir as consultas à Procuradoria Geral da República e a outras estações oficiais.

§ único. Esta Secção deverá ser aconselhada pelo advogado-consultor na orientação dos seus serviços.

Art. 46.º Serão funções do advogado-consultor:

a) Minutar e redigir todos os contratos em que a Caixa tenha de outorgar e promover os registos necessários nas Conservatórias do Registo Predial e em quaisquer outras estações oficiais;

b) Acompanhar as acções judiciais em que a Caixa seja autora ou ré, concertando com os agentes do Ministério Público a forma de melhor garantir e defender os interesses da instituição;

c) Dirigir a instrução dos processos de justificação ou habilitação, dos disciplinares, e outros que se instaurarem perante a Administração da Caixa, e dar o seu parecer;

d) Consultar sobre as dúvidas e casos de direito em que for ouvido pelo Conselho de Administração;

e) Desempenhar outros serviços da sua competência profissional que lhe sejam cometidos.

CAPÍTULO VIII

Obras e edificios — Consulta técnica

Art. 47.º A Secção de Obras e Edificios tem por missão:

a) O exame e avaliação dos edificios a adquirir para as filiais ou outros fins;

b) O estudo e projecto de adaptação dos edificios ao seu novo destino;

c) A preparação de projectos de edificios para filiais, ou outros destinos, onde não houver edificios adaptáveis;

d) A elaboração dos projectos de quaisquer outros edificios que a Caixa Geral de Depósitos pretenda construir;

e) A direcção técnica e fiscalização dos trabalhos de construções novas, adaptações e reparações de edificios;

f) O exame e avaliação de quaisquer propriedades e estabelecimentos industriais, sobre os quais a Caixa pretenda transaccionar;

g) A execução de trabalhos topográficos para o levantamento de plantas de edificios ou terrenos que interessem á Caixa;

h) A organização do cadastro das propriedades da Caixa Geral de Depósitos;

i) Finalmente, a execução de quaisquer outros serviços técnicos relativos à construção civil.

Art. 48.º Junta da Secção de Obras e Edifícios, e orientando os seus serviços, haverá um engenheiro, cujas atribuições especiais são:

a) Consultar tènicamente em assuntos da sua profissão;

b) Exercer todos os actos inerentes à profissão de engenheiro de que seja incumbido pelo Conselho de Administração e desempenhar os serviços a que se refere o artigo anterior que forem da sua competência e categoria.

Art. 49.º O chefe da Secção de Obras e Edifícios será um architecto, a quem compete:

a) Dirigir o serviço e velar pela execução dos trabalhos confiados ao restante pessoal, incumbindo-lhe em particular a preparação dos projectos, plantas, alçados, cortes, principais pormenores dos edificios e das instalações neles feitas;

b) Colaborar na avaliação dos edificios e terrenos sobre os quais haja de recair exame.

Art. 50.º Além deste pessoal, terá a Secção aquele que as necessidades do serviço aconselharem.

Art. 51.º O serviço e as atribuições do pessoal da Secção de Obras e Edifícios serão definidos, em especial, nas instruções aprovadas pelo Conselho de Administração.

TÍTULO II

Secretaria da Administração

CAPÍTULO I

Da Secretaria

Art. 52.º A Secretaria funciona junto do Conselho de Administração e na immediata superintendência do administrador geral e tem a seu cargo:

1.º Registrar toda a correspondência recebida e expedida;

2.º Distribuir toda a correspondência pelas diversas repartições e fazer a competente expedição;

3.º Arquivar, registrar e expedir toda a correspondência privativa do Conselho de Administração;

4.º Organizar os processos para nomeações, promoções, licenças, louvores e castigos disciplinares dos empregados da Caixa e escriturar o livro do cadastro;

5.º Instruir o processo das folhas dos vencimentos dos empregados;

6.º Tratar do expediente relativo a fornecimentos e a obras e dos respectivos concursos, se a adjudicação tiver lugar por este meio;

7.º Escriturar e trazer actualizado o inventário da mobília e mais pertences de todas as repartições, filiais, agências e delegações;

8.º Registrar e expedir as ordens de serviço;

9.º Elaborar relatórios e quaisquer trabalhos estatísticos que lhe forem designados;

10.º Fazer o expediente próprio do Conselho de Administração;

11.º Arquivar os livros de notas, os contratos avulsos e a documentação respectiva, bem como as apólices dos contratos de seguro das propriedades da Caixa;

12.º Desempenhar todos os serviços que lhe forem atribuídos respeitantes à Administração;

13.º Lavrar os actos e contratos celebrados com a Caixa e que devam constar de instrumento público, quer avulsos, quer lançados nos livros respectivos, arquivar

uns e outros e os documentos que lhes digam respeito. Nesta função tem o chefe da Secretaria a competência de notário privativo para todos os effectos legais, com inteira fé perante os tribunais e repartições públicas.

§ único. Subordinados directamente à Secretaria estão os seguintes serviços:

a) Biblioteca e arquivo geral;

b) Depósito de material e fornecimentos;

c) Tipografia;

d) Transportes.

CAPÍTULO II

Biblioteca e arquivo

Art. 53.º A biblioteca e o arquivo geral da Caixa serão conservados, organizados e dirigidos por uma pessoa competente, contratada para o effecto, com a designação de bibliotecário-arquivista.

§ único. Ao bibliotecário-arquivista cumpre organizar e conservar actualizado o catálogo da livraria existente nas diversas salas e repartições da Caixa e proceder à arrumação do arquivo e à confecção do respectivo indice, segundo os preceitos da arquivologia.

Art. 54.º No exercício das suas funções, o bibliotecário-arquivista será auxiliado pelos ajudantes que forem necessários, escolhidos de entre os serventuários mais idóneos pela sua instrução e outras qualidades.

CAPÍTULO III

Depósito de material e fornecimentos

Art. 55.º Haverá um armazém de material tipográfico, papel, tintas, impressos e artigos de expediente a cargo do bibliotecário-arquivista, ao qual compete:

1.º Receber todos os fornecimentos e os trabalhos executados na tipografia, registá-los num livro de entradas e passar os recibos necessários;

2.º Fornecer à Secretaria e à oficina tipográfica os materiais e artigos que elas requisitarem, arquivando as respectivas requisições.

Art. 56.º O bibliotecário-arquivista, no desempenho do cargo de encarregado do armazém, poderá ser auxiliado por pessoal menor que, em virtude da sua idade ou estado físico, deva fazer serviço moderado.

CAPÍTULO IV

Tipografia

Art. 57.º Subordinada à Secretaria da Administração, haverá uma oficina destinada à composição e impressão de todos os modelos, livros, mapas, relatórios e outras publicações necessárias ao serviço da Caixa.

Art. 58.º À frente da oficina tipográfica da Caixa estará um mestre, que dirigirá o respectivo trabalho e manterá a disciplina sobre o pessoal, competindo-lhe:

1.º Ter sempre actualizado um inventário das máquinas, materiais e ferramentas da oficina;

2.º Arquivar os modelos e originais que lhe forem dados a imprimir, bem como um exemplar de cada impresso;

3.º Arquivar as ordens e requisições que receber para a execução de quaisquer trabalhos;

4.º Registrar num livro de talão as requisições de material e ferramenta que fizer ao depósito.

CAPÍTULO V

Transportes

Art. 59.º A Secretaria da Administração terá a seu cargo a conservação dos veiculos destinados ao serviço da Caixa e dos elevadores instalados nos seus edificios, bem como a aquisição dos materiais, acessórios, combustíveis e ferramentas necessários ao seu funcionamento e a superintendência no respectivo pessoal.

§ 1.º Será devidamente escriturada a despesa feita com os veículos e elevadores, fazendo-se designação detalhada das respectivas verbas, nos termos das instruções estatutivas pelo Conselho de Administração.

§ 2.º Para motoristas e encarregados dos veículos e elevadores, serão preferidos os serventuários da Caixa, que acumularão, quanto possível, as respectivas funções.

CAPÍTULO VI

Comissão de compras, etc.

Art. 60.º As obras de construção e reparação dos edificios da Caixa Geral de Depósitos, bem como os fornecimentos de mobiliário, objectos e artigos de expediente, serão, geralmente, feitos mediante concurso aberto perante uma comissão constituída pelo chefe da Secretaria e por dois funcionários nomeados pelo Conselho de Administração, presidindo o mais idoso.

§ 1.º Esta comissão fiscalizará também o cumprimento das condições dos contratos de fornecimento, verificando no acto da entrega a exactidão das quantidades e qualidades.

§ 2.º No tocante a obras e reparações nos edificios da Caixa, as condições dos respectivos concursos serão redigidas pela Secção de Obras e Edificios, a qual fiscalizará também o cumprimento das condições das empreitadas e de fornecimentos de materiais de construção.

Art. 61.º A comissão a que se refere o artigo anterior, tomando conhecimento das propostas dos concorrentes e fornecedores, com as formalidades usuais e sobre elas emitirá o seu parecer e submetê-lo há, com o processo, ao Conselho de Administração, para este decidir sobre a adjudicação.

Art. 62.º Compete também à Comissão, sem prejuizo do dever que impende sobre todos os chefes de serviço e mais pessoal:

1.º Fiscalizar o consumo dos artigos de expediente, da água, da energia eléctrica, dos objectos de limpeza e do material de iluminação, bem como zelar pela conservação do mobiliário e do asseio e hygiene do edificio da sede da Caixa;

2.º Adquirir no mercado, ao melhor preço, todos os objectos avulsos e materiais a retalho, de valor não excedente a 50\$, ou cuja aquisição lhe seja determinada por despacho do administrador geral;

3.º Propôr ao administrador geral as providências que julgue necessárias para a maior economia dos fornecimentos e para a redução das despesas de mobiliário, materiais, artigos de escritório e serviços de limpeza;

4.º Appreciar e dar a satisfação conveniente às requisições feitas pelos chefes de serviço e chefes de filiais e agências.

TÍTULO III

Caixa de Depósitos Obrigatórios

CAPÍTULO I

Art. 63.º O serviço dos depósitos necessários feitos na Caixa em virtude da lei, pelos tribunais, autoridades, entidades e repartições públicas, continua a regular-se pelo decreto n.º 6:007, de 7 de Agosto de 1919.

CAPÍTULO II

Corpos e corporações administrativas, estabelecimentos públicos e outras entidades

Art. 64.º As repartições, entidades e estabelecimentos públicos ou dependentes do Estado, gozando embora de autonomia administrativa e financeira, os corpos e corporações administrativas e as instituições do piedade, assistência e beneficência que por qualquer título recebam subsídios do Estado, são obrigados a depositar na Caixa Geral de Depósitos os seus fundos que não tiverem ime-

diata applicação e poderão também depositar na mesma Caixa os seus papéis de crédito.

§ 1.º Os responsáveis pela transgressão do disposto neste artigo incorrem na pena de desobediência, além das sanções consignadas em outras disposições.

§ 2.º A Caixa procederá nas épocas respectivas à cobrança dos juros ou dividendos dos papéis de crédito depositados, lançando a sua importância em conta do depositante, e por esta, e pela das quantias depositadas em dinheiro, abonará aos depositantes o juro liquidado nos termos e pela taxa estabelecida para os depósitos feitos na Caixa Económica Portuguesa.

§ 3.º Pelos depósitos em papéis de crédito feitos pelas entidades acima referidas não receberá a Caixa percentagem alguma; e pela cobrança dos juros receberá a comissão de 1/2 por cento das importâncias cobradas.

§ 4.º Os depósitos acima mencionados, sendo em dinheiro, podem também ser effectuados na Caixa Económica Portuguesa.

Art. 65.º Os depósitos de que trata o artigo precedente, quando effectuados na Caixa Geral de Depósitos, darão entrada na sede da Caixa ou nas suas filiais, agências ou delegações por meio de guias em duplicado, em que se declare o nome da instituição e o distrito e concelho a que pertence e quais os valores depositados em dinheiro e em papéis de crédito, sendo estes descritos segundo a sua classe, valor nominal, números e designação do último semestre de juros ou dividendos pagos. No primeiro depósito deverão as guias também declarar quem é competente para assinar os precatórios-cheques de levantamento.

Art. 66.º Na ocasião de se efectuar o primeiro depósito, será remetida à entidade respectiva uma caderneta para título do seu crédito, com a designação circunstanciada dos valores depositados. Esta caderneta será enviada anualmente à sede da Caixa, para lhe serem lançados, não só as verbas depositadas e levantadas durante esse ano, como os juros vencidos e que têm de ser capitalizados.

Art. 67.º Nas épocas competentes a Caixa cobrará, por meio de relações processadas na mesma Caixa, assinadas pelo tesoureiro e visadas pelo chefe da contabilidade, os juros dos títulos depositados e levará a importância dos mesmos juros à conta da respectiva entidade.

Art. 68.º As importâncias a levantar por conta desses depósitos serão realizadas por meio de cheques fornecidos pela Administração da Caixa, os quais deverão conter:

1.º A assinatura de quem tiver competência para ordenar o levantamento, devendo ser autenticada com o selo branco da instituição ou devidamente reconhecida por notário público, que declare estar o signatário no exercício das respectivas funções;

2.º Nome do interessado a favor de quem o cheque deve ser pago.

Art. 69.º Processado o cheque pela forma indicada no artigo anterior, será apresentado na Caixa para se efectuar o seu pagamento.

Art. 70.º As quantias apresentadas pelos corpos administrativos, são applicáveis as regras anteriores com as seguintes alterações:

1.º As guias dos depósitos designarão que são feitos em virtude do artigo 6.º da base 1.ª do decreto n.º 4:670, de 14 de Julho de 1918;

2.º Os cheques para levantamento das mesmas quantias serão assinados pelo presidente e secretário e autenticados com o selo branco das respectivas corporações.

Art. 71.º A todas as pessoas, sociedades civis e comerciais é permitido depositar na Caixa Geral de Depósitos os seus papéis de crédito ou outros valores.

Art. 72.º Estes depósitos effectuam-se por meio de guias feitas pelos interessados, e deverão conter:

- 1.º Nome da sociedade depositante, distrito e concelho em que tem a sua sede;
- 2.º Valor nominal dos papéis de crédito, número dos mesmos e respectivas denominações;
- 3.º Qual o último juro ou dividendo pago;
- 4.º Designação de quem é competente para assinar as guias de depósito e os respectivos levantamentos.

§ 1.º As transferências que hajam de fazer-se para a arrecadação dos papéis de crédito depositados serão à custa dos interessados.

§ 2.º Os duplicados das guias, com os competentes recibos, serão entregues aos depositantes e servirão de título de depósito.

Art. 73.º Os levantamentos destes depósitos, no todo ou em parte, serão feitos por meio de recibos assinados por quem tiver competência para os realizar, sendo a assinatura reconhecida por notário público, que deve declarar que o signatário está no exercício das respectivas funções.

§ 1.º Quando se effectuarem os levantamentos, deverão os depositantes apresentar os duplicados das guias, para nelas se averbarem os papéis de crédito levantados, se a restituição for parcial, ou para ficarem arquivados na Caixa, sendo total o levantamento do depósito.

§ 2.º Por estes depósitos cobrará a Caixa a comissão anual de $\frac{1}{2}$ por mil, do valor nominal dos papéis de crédito, nunca inferior a noventa dias, embora tenha sido menor a duração do depósito.

§ 3.º A cobrança dos juros são applicáveis as disposições do artigo 64.º deste regulamento.

Art. 74.º Os depósitos feitos em virtude do artigo 162.º do Código Commercial para a constituição de sociedades anónimas, ou aumento do capital das mesmas, serão levantados nos termos do § 4.º do mesmo artigo.

TÍTULO IV

Caixa Económica Portuguesa

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Art. 75.º A repartição da Caixa Económica Portuguesa recebe depósitos voluntários que restitui, depois de acrescentados com os seus juros, nos termos deste regulamento.

§ único. Nenhum depósito poderá ser de quantia inferior a 1\$.º

Art. 76.º A Caixa Económica Portuguesa abonará aos seus depositantes o seguinte juro anual:

- 1.º 4 por cento aos depósitos até 5.000\$;
- 2.º 3 por cento ao excedente.

§ 1.º Os depósitos inferiores a 2\$ não vencem juro, com excepção dos effectuados nas delegações operárias e outros relativos a serviços que venham a ser criados com o fim de desenvolver a pequena economia.

§ 2.º Esta taxa pode ser alterada pela administração da Caixa, ouvido o conselho fiscal e precedendo aviso publicado no *Diário do Governo*, com dez dias de antecedência.

Art. 77.º O Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos criará, quando o julgar conveniente, serviços auxiliares de caixa económica, como sejam caixas escolares e a cargo de asilos profissionais, estabelecimentos penais, etc.

Art. 78.º Os depósitos effectuados na Caixa Económica Portuguesa podem ser feitos:

- 1.º Por conta e em favor próprio, por qualquer pessoa maior de quinze anos de idade;

- 2.º Em favor de terceiro, maior e no gozo dos seus direitos civis, por qualquer pessoa maior e sem dependência de mandato;

- 3.º Em favor de menores ou interditos, pelos seus pais, tutores, curadores ou administradores, ou por terceiros, maiores, à ordem dos seus representantes legais, ou com a cláusula de, tratando-se de menores, só poderem ser levantados por estes quando atinjam a maioridade;

- 4.º Por marido ou mulher à ordem de qualquer deles, ou de ambos conjuntamente;

- 5.º Por duas ou mais pessoas, à ordem de qualquer delas, ou de todos conjuntamente;

- 6.º Em favor de uma entidade moral ou jurídica;

- 7.º Em condições diferentes das indicadas nos números anteriores, que sejam aceitas pela Administração.

Art. 79.º O titular da conta é para todos os efeitos o proprietário do depósito.

§ único. Por titular da conta entende-se a pessoa a favor de quem é constituído o depósito.

Art. 80.º Os depósitos feitos por terceiros a favor de menores ou interditos somente poderão ser levantados com anuência expressa de seus pais, tutores, curadores ou administradores ou autorização judicial.

Art. 81.º A Repartição da Caixa Económica Portuguesa fornece os modelos impressos para a constituição e levantamento dos seus depósitos.

Art. 82.º A cada conta de depósito corresponde uma caderneta que será entregue ao depositante.

Art. 83.º Nenhum depositante poderá ter averbada em seu nome mais de uma caderneta; caso, porém, se verifique a existência de outras, considerar-se há válida unicamente aquela que primeiro foi averbada e as quantias lançadas nas restantes não vencerão juro algum.

§ único. Exceptuam-se os depósitos constituídos em condições que impeçam o titular de dispor da sua importância.

Art. 84.º No caso de perda de caderneta, o interessado deverá declará-lo por escrito, provando a sua identidade, depois do que será trancada a sua conta, transitando o respectivo saldo para uma outra a que corresponderá novo número e entregando-se-lhe a respectiva caderneta, pela qual pagará a quantia de \$60.

Art. 85.º No caso de viciação de caderneta será esta apreendida e suspensas todas as operações relativas a essa conta; e quando se reconheça fraude, será a conta encerrada sem juro algum além dos já capitalizados anteriormente à viciação, e a caderneta será remetida ao Ministério Público para os devidos efeitos.

Art. 86.º Todos os funcionários que intervierem nas operações da Caixa Económica Portuguesa devem guardar o maior segredo em tudo o que às mesmas diga respeito. Não é permitido extrair certidões destes depósitos, salvo a requisição de autoridade pública, ou a requerimento dos depositantes e seus representantes legítimos, sendo reconhecida a identidade do requerente, ou a sua assinatura, e precedendo despacho do administrador geral.

Art. 87.º Toda a receita e despesa da Caixa Económica Portuguesa efectuada na sede será registada, à medida que se for effectuando, em folhas especiais, de onde consto o número das cadernetas e importâncias entradas ou saídas. Será diariamente remetido à Repartição de Contabilidade um extracto destes registos.

Art. 88.º As operações effectuadas pela Caixa Económica Portuguesa com os seus depositantes são isentas de imposto de selo, e os depósitos até a importância de 3.000\$, recebidos por esta Repartição, para os efeitos de penhora e arrestos são equiparados às penhas do que trata o n.º 9.º do artigo 815.º do Código do Processo Civil.

Art. 89.º Os livros para registo dos depósitos e todos os impressos necessários para a sua constituição, são

fornecidos às delegações pela Caixa Geral de Depósitos, a requisição dos respectivos funcionários.

Art. 90.º Os chefes das delegações enviarão diariamente à sede da circunscrição respectiva, com uma guia, todos os documentos comprovativos do averbamento de cadernetas, dos depósitos e dos levantamentos efectuados nas delegações a seu cargo.

CAPÍTULO II

Constituição dos depósitos

Art. 91.º Os depósitos da Caixa Económica Portuguesa são efectuados na Tesouraria Central da Caixa Geral de Depósitos, na secção da Rua do Ouro, nas delegações operárias de Lisboa e Pôrto e nas Tesourarias das suas filiais, agências e delegações.

Art. 92.º Os depósitos para abertura de conta, recebidos nas tesourarias indicadas no artigo anterior, constituem-se do seguinte modo:

1.º Preenche-se um impresso onde se declare o nome, naturalidade, idade, filiação, estado, profissão e morada do titular da conta e condições especiais em que o depósito é feito.

§ 1.º Este impresso deverá ser assinado:

Pelo depositante, quando fôr também o titular da conta, ou a seu rôgo.

Pela pessoa que constituir o depósito em favor de terceiro.

Pelo representante legal dos menores ou interditos, quando o depósito fôr feito pelo mesmo representante ou por terceiro, em nome dêles.

Pelo cônjuge à ordem de quem ficar o depósito, se este fôr constituído pelo outro cônjuge; ou por ambos, se qualquer dêles, ou conjuntamente, puderem levantar a sua totalidade.

Pela pessoa ou pessoas à ordem de quem ficar o depósito, em todos os outros casos.

§ 2.º Se o titular da conta ou o seu representante legal não estiver presente quando se efectuar o depósito, poderá assinar o impresso em qualquer ocasião, ou quando realizar o primeiro levantamento, provando em ambos os casos a sua identidade.

§ 3.º O impresso depois de preenchido será assinado pelo chefe respectivo.

2.º Preenche-se uma guia com o nome do depositante e do titular da conta e com a quantia expressa por extenso e em algarismos. Esta guia será presente na tesouraria com a importância representativa da mesma, passando o tesoureiro recibo na guia e no talão respectivo, entregando-o ao depositante;

3.º Na repartição da Caixa Económica Portuguesa será aberta a respectiva conta à face dos documentos a que este artigo se refere, passando-se uma caderneta donde conste a importância depositada, rubricada pelo empregado da secção competente.

Art. 93.º Aos depósitos que forem efectuados depois da abertura da conta são applicáveis as disposições do n.º 2.º do artigo anterior. Sendo a caderneta apresentada no acto do depósito, serão ali escrituradas imediatamente as importâncias depositadas em conformidade do n.º 3.º do mesmo artigo; e quando se não apresente a caderneta, o talão do recibo servirá de título da entrega do depósito, para ser escriturado quando a caderneta se apresentar.

Art. 94.º Nas delegações da Caixa Económica Portuguesa os depósitos constituem-se pela forma prescrita no artigo anterior, com as seguintes modificações:

1.º As quantias a depositar entrarão, na sede dos distritos, nas agências do Banco de Portugal, e nos concelhos, nas respectivas tesourarias da Fazenda Pública,

sendo os recibos assinados, respectivamente, pelos agentes e tesoureiros;

2.º As funções que competem aos chefes de serviços da Caixa Económica Portuguesa serão desempenhadas: nas sedes dos distritos, pelos directores de finanças; e nos concelhos, pelos chefes da Repartição de Finanças.

Art. 95.º Os depositantes da Caixa Económica Portuguesa podem fazer depósitos por intermédio de cofres diferentes daqueles em que as suas contas forem abertas. Para êsse efeito preencherão uma guia especial de depósito, na qual o tesoureiro passará recibo, bem como no talão, que entregará ao depositante.

§ único. Por estes depósitos pagarão os interessados o respectivo prémio de transferência de fundos.

Art. 96.º As importâncias, a que se refere o artigo anterior, serão remetidas ao cofre de origem de depósito, por meio de cheques de transferência, pagáveis ao respectivo chefe, acompanhadas de um aviso que servirá de base para a escrituração na respectiva conta, e que será recebido na tesouraria por contrapartida do cheque acima referido.

Art. 97.º A guia, a que se refere o artigo 95.º, servirá de requisição do chefe.

Art. 98.º Ao cofre que recebeu o depósito será dado immediato conhecimento de que a conta ficou devidamente creditada.

Art. 99.º Estas importâncias serão creditadas na data em que o cheque der entrada no respectivo cofre, sendo os juros contados a partir desse dia.

CAPÍTULO III

Levantamento de depósitos

Art. 100.º O levantamento dos depósitos efectuados na Caixa Económica Portuguesa pode realizar-se da seguinte forma:

1.º Por cheques;

2.º Por meio de recibos, acompanhados da respectiva caderneta.

Art. 101.º Quando qualquer depositante quiser fazer os seus levantamentos por meio de cheques, deverá requisitá-los à Caixa Económica, que lhes fornecerá com o averbamento do número da conta e dos livros e folhas em que esteja escriturada. Os cheques serão assinados pelos titulares das contas ou seus representantes.

§ único. Não poderão requisitar livros de cheques os depositantes que não souberem escrever.

Art. 102.º O pagamento dos cheques será autorizado com o «visto» do chefe de serviços da Caixa Económica, dos chefes das filiais, agências ou delegações, ou dos empregados em quem, sob sua responsabilidade, delegarem essas funções.

Art. 103.º Antes de visado o cheque, deverá verificar-se:

1.º A identidade da assinatura;

2.º Se a quantia reclamada cabe no saldo da respectiva conta;

3.º Se a conta ficou devidamente escriturada.

§ 1.º Quando tiverem sido substituídos os representantes de entidades morais ou jurídicas, esta substituição deverá ser comunicada à Caixa Económica Portuguesa, enviando-se as respectivas assinaturas, precedidas das designações dos cargos, no impresso a que se refere o n.º 1.º do artigo 92.º Estas assinaturas deverão ser autenticadas com o selo branco ou, quando o não haja, com reconhecimento feito por notário público, declarando expressamente a qualidade em que cada um assina.

§ 2.º Quando tiverem sido substituídos os representantes de menores ou interditos, deverá esta substituição ser comunicada à Caixa Económica Portuguesa, por forma a poder ser reconhecida a identidade da assina-

tura dos novos representantes, quando se apresentarem a realizar qualquer levantamento.

Art. 104.º Para os levantamentos por cheques é dispensável a apresentação da caderneta, que será escriturada em qualquer ocasião em que se apresente. Quando estiver anunciada a época da liquidação anual dos juros, a caderneta só poderá apresentar-se na altura que lhe competir.

Art. 105.º O pagamento dos cheques é feito nos cofres onde tenham sido constituídos os depósitos.

Art. 106.º Aos levantamentos por meio de recibos são aplicáveis as disposições do artigo 102.º e dos n.ºs 1.º e 2.º e § 1.º do artigo 103.º

§ 1.º Para estes levantamentos é indispensável a apresentação da caderneta.

§ 2.º Os recibos podem ser assinados pelos titulares das contas, pelos seus representantes legais e a rôgo quando uns e outros não souberem ou não puderem escrever, devendo o rôgo ser dado no caso em que se levantem quaisquer dúvidas, perante o notário.

Art. 107.º Apresentadas as cadernetas com os competentes recibos, deverá verificar-se se o saldo está em harmonia com a conta respectiva lançada nos livros da Caixa, fazendo-se em seguida na caderneta o lançamento da quantia levantada. Os recibos, devidamente visados, serão pagos pelos cofres a que se refere o artigo 91.º

Art. 108.º Os depositantes da Caixa Económica Portuguesa poderão requisitar que, a sair dos seus depósitos, lhes sejam passados cheques de transferência de fundos. Para esse efeito proceder-se há da seguinte forma:

1.º O depositante preencherá uma requisição, devidamente assinada, donde conste o número do depósito e o cofre onde foi constituído, o nome do tomador do cheque ou a indicação de que é ao portador, o cofre onde deve efectuar-se o pagamento e a importância do cheque, que será acrescida do respectivo prémio.

2.º Esta requisição constitui documento de despesa para a Caixa Económica Portuguesa.

3.º Debitada a conta e visado o documento, a Repartição processará uma requisição de cheque de transferência, assinada pelo chefe respectivo ou empregado encarregado desse serviço, sendo a mesma enviada, com o documento de que trata o número anterior, à Secção do Serviço de Transferências, para ser passado o cheque, constituindo operação de tesouraria.

4.º As requisições a que se refere o n.º 1.º poderão ser entregues nos cofres onde os depósitos foram constituídos ou em qualquer outro cofre, devendo, neste caso, serem remetidas nesse mesmo dia oficialmente ao cofre de origem.

5.º Os cheques serão entregues imediatamente aos interessados quando requisitados no mesmo cofre, ou remetidos oficialmente ao cofre onde foi entregue a requisição, ou onde deva efectuar-se o pagamento, conforme o interessado declarar na requisição.

Art. 109.º A restituição dos depósitos, quando a administração da Caixa o julgue conveniente, será dependente de aviso prévio, para as quantias superiores a 100\$, sendo o prazo desse aviso de três dias para as quantias até 500\$, de cinco dias para as quantias até 1.000\$, de oito para as quantias até 5.000\$, e de quinze para as quantias superiores.

Art. 110.º Se o chefe de serviços da Caixa Económica, ou os chefes das filiais, agências e delegações tiverem dúvidas sobre a restituição de qualquer quantia reclamada, o administrador geral resolverá, em despacho fundamentado, sobre a procedência das mesmas dúvidas, autorizando ou recusando a restituição.

§ 1.º Deste despacho, quando recusar a restituição, será dada cópia ao interessado, o qual pode recorrer

para a Relação de Lisboa, no prazo de trinta dias após a entrega da mesma cópia, sendo o recurso instruído com a caderneta, ou com quaisquer certidões justificativas do seu direito, seguindo-se os mais termos do regulamento dos depósitos obrigatórios (artigo 41.º).

§ 2.º Na cópia do despacho será exarada a data da entrega.

§ 3.º Se a recusa tiver fundamento em facto delituoso, este será participado ao Ministério Público, para os devidos efeitos.

Art. 111.º A liquidação de juros aos depósitos da Caixa Económica será feita dia a dia, sendo capitalizados com referência a 1 de Julho de cada ano, salvo quando o depositante faça levantamento total do seu depósito e reclame o pagamento imediato dos juros vencidos.

§ único. Os recibos de juros reclamados pelos depositantes das delegações deverão ser expedidos no prazo máximo de oito dias.

Art. 112.º A penhora ou arresto, em depósitos da Caixa Económica Portuguesa, nos casos em que por lei são permitidos, deverá fazer-se por meio de auto lavrado pelo respectivo escrivão na Repartição onde o depósito se tiver efectuado.

§ 1.º O auto será assinado pelo chefe de serviços; se esta deligência tiver lugar na sede da Caixa, ou pelo chefe da respectiva filial, agência ou delegação, entregando-se-lhe por esta ocasião uma certidão narrativa do mesmo auto.

§ 2.º Desta deligência será feito o averbamento na conta do depósito e, tendo-se realizado nas filiais, agências ou delegações, será dado imediato conhecimento à sede da Caixa Económica.

§ 3.º Os levantamentos dos depósitos arrestados ou penhorados serão feitos por meio de precatório-cheque dirigido à sede da Caixa Económica Portuguesa pelas competentes autoridades judiciais.

§ 4.º As disposições deste artigo e seus parágrafos são extensivas ao que for aplicável, aos arrolamentos ordenados pelas autoridades.

CAPÍTULO IV

Conversão de depósitos

Art. 113.º Os depósitos na Caixa Económica Portuguesa poderão ser convertidos, no todo ou em parte, em títulos da dívida pública portuguesa, ou em quaisquer outros papéis de crédito que tenham cotação na Bolsa.

Art. 114.º Para se efectuarem as conversões de que trata o artigo antecedente, deverá o titular da caderneta, ou o seu representante, preencher uma requisição, na qual se declare quais os papéis de crédito que pretende comprar, a importância a converter e o pertence que deve ser lançado, tratando-se de títulos de assentamento.

Art. 115.º O chefe de serviços, em face da requisição, ordenará que se efectue a compra dos títulos, autorizando o pagamento por todas as despesas resultantes da conversão e assinando os recibos de levantamento ou as requisições a que se refere o artigo 108.º

§ 1.º Quando a Administração o entenda, poderá a compra de títulos ser suspensa temporariamente, ou limitada no seu montante diário.

§ 2.º Pelo encargo da compra, averbamento e remessa dos papéis de crédito, cobrará a Caixa a comissão de 2 por mil sobre o valor do capital empregado.

§ 3.º A despesa com o registo e seguro dos títulos não está compreendida na comissão de que trata o parágrafo anterior.

Art. 116.º A Caixa Económica Portuguesa enviará ao depositante a nota justificativa das despesas feitas com a conversão.

TÍTULO V

Casa de Crédito Popular

(Empréstimos sobre penhores)

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Art. 117.º A Caixa Geral de Depósitos faz empréstimos sobre penhores de ouro, prata, platina, pedras preciosas, títulos da dívida pública portuguesa, matérias primas, produtos industriais e agrícolas, roupas, ferramentas e toda a espécie de valores mobiliários, por intermédio da Casa de Crédito Popular. Esta instituição destina-se especialmente a regular e moderar os lucros da indústria prestamista, proporcionando assistência económica às classes menos abastadas.

Art. 118.º A Casa de Crédito Popular terá o pessoal de carteira e técnico que as necessidades do serviço exigirem, recrutado, este último, de preferência, entre os prestamistas de profissão e peritos avaliadores.

Art. 119.º As operações de crédito serão efectuadas, tanto na sede como nas diversas agências que a Administração da Caixa for instalando nos centros populosos e localidades onde a sua existência se mostre necessária.

Art. 120.º O Conselho de Administração da Caixa estabelecerá o juro a pagar pelos mutuários, tendo em vista as circunstâncias do mercado, e fixará previamente todos os encargos e cláusulas de garantia a que os inésmos ficam sujeitos. Toda a alteração neste objecto deverá ser annunciada com a antecedência de vinte dias, pelo menos.

Art. 121.º As quantias mutuadas não poderão exceder, em relação ao valor dos penhores, as seguintes percentagens:

a) Sobre ouro, platina, títulos de crédito, pedras preciosas e valores análogos, 80 por cento;

b) Sobre roupas e artefactos de algodão, linho e seda, 70 por cento;

c) Sobre mobília, máquinas, ferramentas e objectos de fácil conservação, 60 por cento;

d) Sobre produtos industriais e agrícolas, bem como sobre todos os objectos e valores não especificados, 50 por cento;

e) Sobre objectos e roupas de camurça, lã, feltro, calçado, livros usados, peles, louças, vidros e cristais, 40 por cento.

§ único. O conselho de administração poderá alterar esta tabela, feito o competente anúncio.

Art. 122.º Não podem ser recebidos em penhor armas de guerra, matérias inflamáveis ou explosivas, cousas que a lei considera fora do comércio, ou sobre que seja vedado transaccionar, artigos de moda e de efémera applicação, chapéus usados, objectos ofensivos da moral, e análogos.

§ 1.º As obras de arte só poderão ser recebidas por despacho da Administração, depois de certificado o seu valor por técnicos de reconhecida idoneidade.

§ 2.º Não podem efectuar-se transacções de valor inferior a \$50.

Art. 123.º De cada empréstimo se lavrará um termo, em livro próprio, do modelo que a Administração adoptar, no qual se mencionarão os elementos necessários à identificação do mutuário, bem como a descrição do penhor respectivo, com as características e as condições do contrato.

§ 1.º Do termo mencionado neste artigo se extrairá uma cautela com idênticas indicações, assinada pelo agente da Casa de Crédito Popular, que será logo entregue ao mutuário.

§ 2.º A cautela do penhor é o título bastante e único da propriedade do mutuário, sendo indispensável para o resgate dos objectos ou valores empenhados. É trans-

missível por endosso, mas esta circunstância terá de ser averbada no livro dos termos, para que a transacção obrigue a entidade prestamista.

Art. 124.º A Casa de Crédito Popular não fará transacções com menores de dezasseis anos ou pessoas conhecidas como incapazes.

Art. 125.º Verificando-se que provém de furto ou roubo a coisa oferecida em penhor, ficará a mesma em depósito na mão do agente respectivo, à ordem da autoridade competente, e será restituída ao seu legítimo dono; depois de efectuada a investigação judicial e de condenado o responsável.

§ 1.º A Casa de Crédito Popular poderá usar, contra o responsável, do direito consignado no artigo 860.º, n.º 4.º, do Código Civil.

§ 2.º A nenhuma autoridade é permitida a apreensão de objectos ou valores empenhados na Casa de Crédito Popular, nem a realização de buscas e varejos nas suas agências. Quando a autoridade policial ou judicial necessitar de informações ou de realizar, na Casa de Crédito Popular, qualquer diligência, fará a competente requisição à Administração da Caixa Geral de Depósitos, que lhe proporcionará os elementos e as facilidades convenientes.

Art. 126.º Os empréstimos poderão ser feitos pelos prazos máximos de seis e doze meses, conforme os penhores que os garantem forem de difícil ou de fácil conservação. Quando, porém, não haja estipulação expressa, entender-se há que os contratos vigoram por um mês, podendo renovar-se sucessivamente até aos sobreditos limites.

§ único. No caso da segunda parte deste artigo, dos objectos e valores dados em penhor durante mais de seis meses devem ser submetidos a nova avaliação, findo este prazo, ficando os mutuários sujeitos ao pagamento das taxas respectivas.

Art. 127.º Os penhores de empréstimos em que o pagamento de juros esteja atrasado três meses poderão ser vendidos em leilão, devidamente anunciado, ou pela forma que a prestamista julgue produzir mais alta valorização.

§ único. Se o produto da venda exceder a quantia emprestada, com os seus encargos, ficará o excedente em depósito, sem vencimento de juros, para ser entregue ao mutuário em troca da respectiva cautela, salva a prescrição. E se o produto não chegar para a satisfação das obrigações do devedor, poderá a Casa de Crédito Popular usar do direito expresso no artigo 866.º do Código Civil.

Art. 128.º Quando os penhores, por virtude das contingências do mercado, ou por qualquer outra causa, sofrerem uma depreciação que os torne insufficientes para garantia da quantia emprestada e seus juros, poderá ser exigido ao mutuário o reforço immediato da garantia penhoraticia; e quando os objectos empenhados se perderem ou inutilizarem sem culpa da Casa de Crédito Popular, o devedor incorrerá na obrigação de os substituir por outros de valor suficiente.

§ único. Nas hipóteses deste artigo, poderá também a Casa de Crédito Popular optar pelo distrato do empréstimo, nos termos do artigo 860.º, n.º 4.º, do Código Civil.

Art. 129.º A Casa de Crédito Popular não responde pelo prejuizo causado nos penhores pela acção do tempo, dos insectos ou vermes, ou resultante de terremoto, de inundação ou de graves alterações da ordem social.

Art. 130.º O mutuário poderá amortizar a dívida em prestações não inferiores a 10 por cento do capital mutuado. As amortizações serão averbadas no termo respectivo e na cautela correspondente.

Art. 131.º Quando na Casa de Crédito Popular for abandonado algum objecto ou valor, será publicado um anúncio no periódico que na localidade tiver maior lei-

tura, e passados trinta dias, não aparecendo reclamação, será o mesmo vendido, nos termos regulamentares, e o seu produto lançado na conta de receita eventual.

§ único. Se o objecto ou valor abandonado houver sido apreendido a ilegítimo portador, ignorando-se de quem seja, deverá o facto ser participado à autoridade administrativa ou policial para que proceda às averiguações atinentes à sua restituição. Passado um ano, ou tendo sido infrutíferas as diligências oficiais, dar-se há à cousa o destino designado neste artigo.

Art. 132.º O capital necessário ao giro industrial da Casa de Crédito Popular, não só para as suas transacções, como para o pagamento do seu pessoal, instalação de agências, aquisição do respectivo mobiliário e material de expediente, será fornecido pela Caixa Geral de Depósitos, que dele cobrará o juro de 5 por cento ao ano.

§ único. A compra de edifícios para a instalação das agências da Casa de Crédito Popular será feita pela Caixa Geral de Depósitos, constituindo propriedade sua enquanto aquela não tiver fundos disponíveis para o respectivo pagamento.

Art. 133.º Os fundos disponíveis da Casa de Crédito Popular serão depositados na Caixa Económica, sendo-lhes abonado o juro de 4 por cento, sem limite de quantia.

Art. 134.º Os lucros líquidos da Casa de Crédito Popular terão a seguinte aplicação: 10 por cento para fundo de reserva, com o qual se cobrirão os prejuízos, as falhas e as indemnizações por objectos extraviados e furtados, e 5 por cento para distribuir pelo pessoal, segundo os respectivos méritos e serviços.

§ 1.º Dos lucros sairá também a percentagem que o Conselho de Administração fixar para a assistência ao pessoal na doença e na invalidez.

§ 2.º A parte restante dos lucros líquidos entrará na conta de lucros e perdas da Caixa Geral de Depósitos.

Art. 135.º As operações de importância superior a 3.000\$ não podem, em regra, ser efectuadas sem o prévio conhecimento da Repartição.

Art. 136.º A Administração da Caixa Geral de Depósitos poderá, ouvido o conselho fiscal, suspender ou extinguir os serviços da Casa de Crédito Popular, liquidando as operações no seu termo, quando julgue que os mesmos são prejudiciais aos interesses da instituição.

CAPÍTULO II

Repartição da Casa de Crédito Popular

Art. 137.º A Casa de Crédito Popular constitui uma repartição ou serviço especial, sob a direcção de pessoa idónea, que o Conselho de Administração contratar, ou de um empregado superior do quadro da Caixa, com a graduação de primeiro official ou chefe de serviços.

§ único. O serviço da repartição será dividido por tantas secções quantas se mostrem necessárias. Uma destas funcionará junto da Filial da Caixa no Porto, sob a vigilância e superintendência disciplinar do respectivo chefe, mas desempenhando os serviços que este regulamento e as instruções expedidas lhe determinarem.

Art. 138.º Compete ao chefe da Repartição da Casa de Crédito Popular:

1.º Propor a criação de agências nos locais que julgue mais apropriados para o fim a que se destinam e proceder à sua instalação;

2.º Fazer preparar o material, mobiliário, livros, modelos e tudo quanto for necessário para o funcionamento das agências;

3.º Organizar os modelos e livros que se tornem necessários para a escrita da repartição e das agências;

4.º Fiscalizar as agências, inspecionar a sua escrita e verificar se as importâncias em cofre conferem com os saldos constantes do livro Caixa;

5.º Fazer a competente propaganda da instituição, por anúncios, prospectos ou cartazes;

6.º Informar o Conselho de Administração da Caixa da conveniência e oportunidade dos leilões e proceder à sua realização;

7.º Atender as reclamações do público sobre o serviço da Casa de Crédito Popular e suas agências;

8.º Segurar contra o risco de fogo, conforme as instruções superiores, todo o mobiliário e material das agências, bem como todos os objectos e valores empenhados;

9.º Informar o Conselho de Administração das faltas ou irregularidades cometidas pelo pessoal;

10.º Propor ao administrador geral a transferência dos agentes, ajudantes e serventuários, quando as necessidades ou conveniências do serviço assim aconselhem;

11.º Participar por escrito à secretaria da Caixa as faltas do pessoal a título de doença, a fim de ser visitado pelo médico fiscal;

12.º Manter a disciplina nas agências e fazer acatar as ordens superiores;

13.º Conferir todas as contas de obras, material e expediente a fim de o seu pagamento poder ser abonado;

14.º Efectuar transacções sobre papéis de crédito do Estado, ouro, prata e pedras preciosas;

15.º Efectuar empréstimos sobre mobiliário quando na arrecadação da sede haja capacidade para o receber;

16.º Corresponder-se com agentes da Casa de Crédito Popular e bem assim com todos os chefes de filiais e agências da Caixa Geral de Depósitos;

17.º Apresentar ao administrador geral, até o dia 20 de cada mês, um mapa discriminativo do movimento das agências, referente ao mês anterior, acompanhado do respectivo balancete da Caixa, bem como um mapa elucidativo do resultado dos leilões que se efectuarem;

18.º Dirigir todos os serviços da Repartição e orientar o das agências, que inspecionará com frequência;

19.º Visar os cheques para levantamento de numerário da Caixa Geral de Depósitos para as transacções das agências, e todos os documentos de receita e despesa que às mesmas digam respeito.

§ único. O chefe da repartição poderá delegar qualquer serviço a seu cargo nos empregados da sua dependência e escolha.

Art. 139.º Compete ao chefe da secção da Caixa de Crédito Popular, no Porto, sem prejuízo da superintendência do chefe da filial:

1.º Corresponder-se directamente com a Repartição;

2.º Informar o chefe da filial de todos os casos anormais que se derem no serviço;

3.º Auxiliar o agente fiscal na conferência da oscrita das agências, quando for necessário;

4.º Arquivar pela ordem numérica, e com referência a cada uma das agências, as cautelas resgatadas e registadas;

5.º Numerar as cautelas fornecidas às diferentes agências;

6.º Providenciar, de acordo com o agente fiscal, em tudo quanto diga respeito ao bom andamento do serviço;

7.º Informar a Repartição sobre o pessoal e sobre todos os serviços a seu cargo;

8.º Enviar à Repartição, até o dia 10 de cada mês, o mapa do pessoal que funciona em cada agência, com as notas da sua assiduidade;

9.º Colher as informações precisas para o seguro das agências contra o risco de fogo;

10.º Ter sob a sua guarda todos os impressos, livros, modelos e artigos de expediente para serviço da Casa de Crédito Popular;

11.º Desempenhar, segundo as instruções que receber, as atribuições que na Repartição competem ao respectivo chefe.

Art. 140.º A Repartição da Casa de Crédito Popular deverá escriturar, pelo menos, os seguintes livros:

- a) De encargos;
- b) Do movimento de fundos;
- c) Do movimento geral, abrindo-se neste uma conta para cada uma das agências.

§ único. A Repartição verificará, pelas cautelas resgatadas, todos os empréstimos que se tenham realizado nas agências. No Pôrto, esta verificação será feita pela Secção respectiva.

CAPÍTULO III

Agências da Casa de Crédito Popular

Art. 141.º Cada agência estará a cargo e sob a responsabilidade de um agente, que terá sob as suas ordens os ajudantes e serventes que, segundo o movimento de operações, o Conselho de Administração fixar e contratar. Poderá, contudo, o agente ser encarregado de todo o serviço da agência por empreitada ou avença.

§ 1.º Tanto os agentes como os seus ajudantes prestarão caução, nos termos usuais e legais, pela responsabilidade em que possam incorrer, sendo o seu quantitativo fixado pelo Conselho de Administração. Os serventes serão abonados por pessoas idóneas: quando a responsabilidade do seu procedimento não seja assumida pelos agentes.

§ 2.º Cada agente terá um proposto de sua escolha para o substituir nos seus impedimentos legítimos. Este cargo poderá recair em um ajudante do interessado.

§ 3.º O pessoal da Casa de Crédito Popular vencerá o estipêndio que fôr fixado nos respectivos contratos, e as melhorias que lhe forem conferidas em ordem de serviço, auferindo também as percentagens sôbre os lucros líquidos ou outras que lhe estabelecerem.

§ 4.º Sempre que fôr possível, os agentes terão moradia na casa das agências.

Art. 142.º Compete aos agentes:

1.º Efectuar as operações de crédito com a maior presteza e discreção, nos termos das respectivas instruções, ordens de serviço e recomendações superiores, devendo atender os mutuários com a maior deferência e urbanidade;

2.º Avaliar os penhores com equidade, tendo sempre em vista as cotações e preços do mercado e o seu estado de conservação. Quando o objecto a avaliar exija conhecimentos especiais ou dê lugar a dúvidas, os agentes deverão sobreestar no seguimento da operação, solicitando superiormente a necessária intervenção e auxílio;

3.º Velar pela guarda, conservação e boa arrumação dos penhores, bem como pela limpeza e asseio da agência;

4.º Manter a ordem e o decôro do pessoal, seu subordinado e do público, recorrendo à autoridade policial, quando lhe seja necessário, e detendo os delinquentes em flagrante;

5.º Empregar a máxima diligência e discreção no apuramento da identidade dos mutuários, evitando a receptação de furtos; apreendendo os objectos de proveniência suspeita e prendendo os seus portadores;

6.º Escriturar com regularidade e pontualidade os livros de termos, registos e contas a seu cargo, e fornecer à Repartição todos os mapas e elementos de informação que lhe forem requisitados;

7.º Depositar nos cofres da Caixa Geral de Depósitos as quantias em seu poder que excederem o valor da sua caução, e bem assim, no dia 1 de cada mês, o produto dos juros e taxas cobrados no mês anterior;

8.º Apresentar, de seis em seis meses, o inventário dos penhores existentes na agência, com a discriminação conveniente.

Art. 143.º Os agentes assumem a responsabilidade das avaliações exageradas que fizerem, por negligência, erro

de officio ou má fé, assim como dos empréstimos cuja importância exceda as percentagens estabelecidas sôbre o valor dos penhores.

Art. 144.º Em cada Agência escriturar-se hão os seguintes livros:

a) Livro Caixa, onde se lançará diariamente, a débito, a totalidade das receitas, com a discriminação da sua proveniência, e a crédito, todas as saídas de capital com a indicação do seu destino;

b) Livro de entrada e saída de penhores;

c) Livro de termos dos contratos;

d) Livro da correspondência expedida.

§ único. Os impressos das cautelas e seus talões serão encadernados, sendo numerados devidamente e rubricados com a chancela do chefe da Repartição.

CAPÍTULO IV

Fiscalização

Art. 145.º A inspecção e fiscalização dos serviços da Casa de Crédito Popular compete especialmente ao chefe da respectiva Repartição, que a exerce por intermédio dos fiscais que forem necessários.

§ único. Os fiscais têm a seu cargo:

a) Informar sôbre o procedimento e os serviços do pessoal das agências;

b) Elucidar o pessoal das agências sôbre a forma de realizar as operações, de avaliar os penhores e de proceder ao seu arrumo e conservação;

c) Verificar se os empréstimos foram feitos segundo as disposições regulamentares e examinar os termos respectivos;

d) Velar pela arrecadação dos juros, prestações de amortização e capitais distratados; conferindo as cautelas dos penhores resgatados com os termos respectivos;

e) Examinar a escrita das agências;

f) Verificar a aplicação dada pelas agências aos fundos sacados sôbre a Caixa;

g) Fazer o boletim mensal do movimento de cada agência;

h) Organizar a tabela da cotação dos metais e pedras preciosas que as agências devem tomar para base das respectivas transacções;

i) Providenciar em todos os casos urgentes de que tiverem conhecimento, até determinação superior, e advir-tir o pessoal das agências quando o seu procedimento não seja regular;

j) Assistir aos leilões, emitindo parecer sôbre a confecção dos lotes e o preço das adjudicações;

k) Finalmente fornecer à Repartição as informações que lhes forem requisitados e executar os serviços da sua competência de que forem incumbidos.

TÍTULO VI

Operações financeiras e bancárias

CAPÍTULO I

Operações com o Govêrno, corpos e corporações administrativas e outras entidades

Art. 146.º Os empréstimos ao Tesouro Público, a curto prazo, serão feitos por meio de compra de escritos, bilhetes ou letras do Tesouro, ou por meio de operações em conta corrente, ou por outra qualquer forma de contrato admitida em direito.

Art. 147.º Ao Govêrno, por qualquer dos Ministérios, podem ser feitos empréstimos pelo prazo máximo de trinta anos, desde que sejam autorizados por disposição legal e que os seus respectivos encargos figurem no Orçamento Geral do Estado, como encargo efectivo e permanente do Tesouro.

§ único. Estes empréstimos serão celebrados na Caixa Geral de Depósitos, no livro destinado aos contratos, assinando por parte do Governo quem legalmente o representar para esse efeito, e por parte da Caixa o administrador geral, ou quem suas vezes fizer.

Art. 148.º Aos estabelecimentos públicos dependentes do Estado e a quaisquer outras entidades podem ser feitos empréstimos em conta de subsídios devidos por lei e inscritos no Orçamento Geral do Estado, como encargo efectivo e permanente do Tesouro, precedendo autorização especial do Governo.

§ 1.º O prazo máximo da amortização destes empréstimos será de trinta anos, salvo disposição legal em contrário, sendo-lhe aplicável o § único do artigo antecedente, representando a corporação ou entidade quem deva legalmente fazê-lo.

§ 2.º Quando não forem satisfeitos em tempo devido os encargos destes empréstimos, a Caixa Geral de Depósitos requisitará ao Tesouro, por intermédio da Direcção Geral da Fazenda Pública, a entrega dos subsídios até o necessário para pagamento dos mesmos encargos.

Art. 149.º Os corpos, as corporações administrativas, e quaisquer outros estabelecimentos públicos, poderão realizar empréstimos garantidos pelas suas receitas próprias, apresentando previamente documentos por onde mostrem estar para elles devidamente autorizados.

§ 1.º A estes empréstimos é aplicável o disposto no § 1.º do artigo antecedente.

§ 2.º Nos instrumentos destes contratos designar-se há a data da deliberação em que se tenha resolvido contrair o empréstimo, qual a quantia mutuada e qual a taxa de juro. Sendo o pagamento feito por anuidades, declarar-se há qual a importância de cada uma delas, e se estas se subdividem em prestações. Havendo consignação de rendimentos ao pagamento da dívida, há-de declarar-se quais elles são, e se foram provenientes de impostos cobrados juntamente com os do Estado poder-se há estipular que as anuidades ou prestações sejam pagas pelo Tesouro à Caixa por intermédio do Ministério das Finanças.

Art. 150.º Todos os contratos celebrados nos termos dos artigos antecedentes serão previamente autorizados pelo Conselho de Administração.

Art. 151.º A Caixa poderá contratar com o Governo, nos termos do n.º 5.º do artigo 2.º, base I, do decreto n.º 4:670, de 14 de Julho de 1918, a colocação de títulos de qualquer empréstimo legalmente emitido, ou de outros valores na posse do Estado.

§ 1.º Estes títulos podem ser adquiridos pela Caixa para colocar por conta própria, ou recebidos para serem colocados por conta do Estado.

§ 2.º Para colocar por conta própria, a Caixa só pode adquirir títulos ou descontar *bonds* de dívida pública portuguesa.

Art. 152.º A colocação destes títulos será contratada directamente entre a Caixa e o Governo, com as formalidades estabelecidas no § único do artigo 147.º e precedendo autorização do Conselho de Administração.

§ 1.º No respectivo contrato será estipulada a comissão que a Caixa deverá receber e as mais condições desta operação.

§ 2.º Dessa comissão deverão sair as despesas de publicidade e a remuneração às delegações quando os títulos devam ser colocados por seu intermédio.

Art. 153.º Fora dos casos indicados nos dois artigos anteriores, a compra e venda de títulos, tanto de conta própria como de conta alheia, será feita por intermédio do correto.

Art. 154.º A compra de títulos para emprego de capital da Caixa, ou do seu fundo de reserva, será sempre autorizada pelo Conselho.

Art. 155.º A venda de títulos que constituam proprie-

dade da Caixa só pode ser feita por deliberação do Conselho e com a aprovação do Governo. Pela mesma forma se procederá quando a Caixa tiver de realizar algum empréstimo sobre penhor dos mesmos títulos, e em um e outro caso deve o administrador geral apresentar ao Ministro exposição dos motivos que aconselharem ou tornarem necessárias estas operações.

Art. 156.º As letras sacadas sobre os cofres dos Ministérios, quando devidamente aceitas, poderão ser apresentadas a desconto na Caixa, mediante o pagamento do juro convencional.

CAPÍTULO II

Adiantamentos

Art. 157.º A Caixa Geral de Depósitos poderá fazer adiantamentos aos funcionários públicos, civis ou militares, e pensionistas do Estado, quer recêbam os seus vencimentos pelos cofres dos respectivos Ministérios, quer pelos estabelecimentos autónomos ou outros serviços do Estado.

Art. 158.º Os adiantamentos não excederão 30 por cento dos respectivos vencimentos anuais, certos e descritos no Orçamento Geral do Estado, em duas prestações nunca superiores a 15 por cento, com intervalo de seis meses de uma a outra.

Art. 159.º Os adiantamentos que se fizerem nos termos dos artigos antecedentes ficarão sujeitos a um juro de taxa igual à do desconto do Banco de Portugal, o qual será pago adiantadamente por dedução no capital mutuado.

Art. 160.º Estes empréstimos serão solicitados à Caixa Geral de Depósitos directamente pelas Contabilidades de cada um dos Ministérios e pelos administradores ou directores dos respectivos serviços, nos meses de Dezembro e Junho de cada ano.

§ 1.º Os adiantamentos serão requeridos pelos funcionários directamente às Contabilidades das estações a que pertencem, e estas formularão à Administração da Caixa Geral de Depósitos o pedido de empréstimo pela totalidade desses requerimentos.

§ 2.º As entidades proponentes terão em conta os encargos inerentes à operação, em juro e prémio de risco.

§ 3.º O pedido a que se refere o parágrafo anterior deverá declarar que o Estado se responsabiliza para com a Caixa Geral de Depósitos pelo pagamento integral do empréstimo, declaração essa que será confirmada pela Secretaria Geral do Ministério das Finanças e publicada no *Diário do Governo*.

Art. 161.º Concedido o empréstimo, será cada um dos Ministérios ou serviços debitado pelo respectivo montante creditando-se a respectiva conta pelos duodécimos que sucessivamente forem dando entrada na Caixa.

§ único. O primeiro duodécimo será pago no mês seguinte àquele em que se realizar o contrato de empréstimo.

Art. 162.º A falta de pagamento de qualquer prestação na data do vencimento, implicará a liquidação de juro de mora, cujo montante será descontado na participação de lucros da Caixa a entregar ao Estado.

Art. 163.º No instrumento outorgará, por parte da Caixa, a respectiva administração; por parte dos Ministérios o director geral da Contabilidade Pública, e por parte dos estabelecimentos autónomos ou dependentes do Estado, os seus directores ou administradores.

Art. 164.º Os adiantamentos individuais, que estiverem em desconto à data da entrada em vigor do presente regulamento, serão reembolsados nos termos da legislação anterior, não podendo nenhum funcionário ou pensionista obter novo empréstimo sem que se tenha levado em conta e continuado regularmente a amortização dos anteriores.

CAPÍTULO III

Desamortização de bens

Art. 165.º As importâncias provenientes das operações da desamortização serão recebidas na Caixa por meio de guias, em duplicado, passadas pela Direcção Geral da Fazenda Pública, Repartição do Património Nacional ou pelo Ministro das Finanças, conforme os respectivos processos tenham corrido naquela Direcção, nas Direcções ou nas Repartições de Finanças dos distritos.

§ único. As guias para pagamento de foros vendidos, em virtude da lei de 21 de Abril de 1873, serão passadas pelas respectivas câmaras municipais.

Art. 166.º As guias de que trata o artigo antecedente deverão conter:

1.º O nome do arrematante dos bens ou do que houver remido os foros, ceasos, pensões ou quinhões, ou de quem distratou os capitais;

2.º A designação desses bens, tanto dos arrematados como dos remidos, segundo os números por que foram designados nas listas publicadas pela Repartição do Património;

3.º A designação da entidade a quem esses bens pertenciam;

4.º O preço por que foram arrematados ou remidos os bens ou qual a importância dos capitais distratados;

5.º A designação das importâncias recebidas em pagamento das operações acima indicadas.

Art. 167.º O pagamento dos bens desamortizados será feito nos termos das disposições do decreto com força de lei de 25 de Janeiro de 1918.

Art. 168.º A entrada das guias de depósitos provenientes do produto dos bens desamortizados regula-se pelas disposições relativas a depósitos obrigatórios.

Art. 169.º Entrando na Caixa o produto dos bens desamortizados, será aplicada à compra de títulos a parte recebida em dinheiro; esses títulos, bem como os que tenham sido recebidos em pagamento dos mesmos bens, serão averbados às entidades a quem devem pertencer, designando-se nos «pertences» os bens que elles ficam representando, segundo o número por que foram descritos nas listas publicadas pela Repartição do Património.

§ único. As letras recebidas em pagamento dos bens desamortizados serão descontadas como operação de emprêgo de capital, e o capital das mesmas letras será aplicado desde logo, juntamente com a parte recebida em dinheiro.

Art. 170.º Os títulos, depois de devidamente averbados, serão remetidos, acompanhados de guias em duplicado e de ordens de pagamento do nominal dos mesmos títulos e dos juros que lhes pertenciam, aos representantes da Caixa nos distritos, para fazerem entrega deles às entidades a favor dos quais se achem averbados.

§ único. Os que pertencerem a entidades do distrito de Lisboa serão entregues directamente pelo tesoureiro da Caixa.

Art. 171.º Para a escrituração das operações relativas ao serviço da desamortização, haverá:

1.º Um registo especial das guias para pagamento dos bens desamortizados, de onde conste, por distritos, e segundo cada guia:

a) Quais as importâncias dos bens desamortizados, segundo a sua proveniência;

b) Quais as importâncias recebidas, segundo as diversas formas de pagamento;

c) Quais as entidades a quem pertenciam os bens desamortizados;

d) Quais os bens desamortizados, descritos pelos núme-

ros designados nas listas publicadas pela Repartição do Património.

2.º Uma conta com cada uma das entidades, donde constará:

a) O produto dos bens desamortizados, com designação da sua proveniência;

b) As importâncias recebidas primitivamente em pagamento dos bens desamortizados;

c) As modificações que essas importâncias forem teudo sucessivamente;

d) A importância dos títulos entregues pela Caixa;

e) A importância da compensação de juros e do juro de mora entregue, por isso que os títulos devem entregar-se com o juro do semestre em que os bens forem desamortizados e, quando este juro já esteja recebido, há a fazer a compensação dele.

3.º Registos especiais de cada uma das operações a que este serviço obriga:

a) Registo de compra de títulos, com designação da entidade a quem devem ser averbados, dos valores nominal e real dos títulos, da cotação por que foram comprados e do semestre a que respeita o juro a receber;

b) Registo de letras, com designação do número da letra, do seu capital e juros, data do vencimento, nome do aceitante, bens que representa e cofre onde deve ser paga;

c) Registo de remessa de títulos, com designação das entidades a quem devem ser entregues e do seu valor total nominal;

d) Registo de entrega de títulos, com designação das entidades que os receberam, e do seu valor nominal;

e) Registo de anulações de venda de bens, e de todos os mais que forem necessários para clareza da operação.

Art. 172.º A Caixa Geral de Depósitos fará publicar no *Diário do Governo* um mapa semestral da entrega dos títulos, que representam bens desamortizados, às entidades a quem foram averbados, para que as autoridades administrativas possam exercer a fiscalização que lhes incumbe neste ramo de serviço.

Art. 173.º Pelo encargo da compra e averbamento dos títulos destinados à desamortização cobrará a Caixa a comissão de 1 por mil do seu valor real.

Art. 174.º É permitido à Caixa fazer o desconto de letras recebidas em pagamento de bens desamortizados, entrando na conta da desamortização com a importância do capital das letras, para ser aplicado, juntamente com a parte recebida em efectivo, à compra de títulos. Os juros das letras constituirão lucros da Caixa e serão escriturados quando estas sejam cobradas.

Art. 175.º As letras serão sacadas pelos chefes das repartições por onde tenham corrido os processos, a pagar ao administrador geral da Caixa, ou a este endossadas, e aceitas pelos respectivos devedores.

§ 1.º Se as letras são pagas antes do seu vencimento, tem o aceitante direito à importância dos juros pagos e não vencidos.

§ 2.º A cobrança das letras pode realizar-se tanto na sede da Caixa como nas suas dependências, fazendo-se a respectiva escrituração, nos termos regulamentares.

Art. 176.º Vencida uma letra e não paga nem reformada, deverá ser protestada no prazo legal, remetendo-se, com o competente protesto, ao delegado do procurador da República para promover a sua cobrança pelos meios coercivos. Se a letra representa a segunda prestação do pagamento dos bens desamortizados, considerase logo vencida a que representa a terceira prestação do mesmo pagamento.

§ único. Realizada a cobrança das letras pela forma indicada neste artigo, os delegados do Procurador da República promoverão a entrada da sua importância nos cofres da Caixa.

CAPÍTULO IV

Empréstimos sobre papéis de crédito

Art. 177.º A Caixa Geral de Depósitos poderá fazer empréstimos nos seguintes termos:

1.º Sobre penhor de títulos de Dívida Pública interna ou externa, ou de outros com dotação na Bólsa;

2.º Sobre consignação dos juros dos mesmos títulos que não estejam immobilizados, perpétua ou temporariamente;

3.º Em conta corrente a favor do mutuário, e caucionada com os mesmos títulos.

Art. 178.º No principio de cada ano, o Conselho de Administração fixará as condições a que se referem os n.ºs 5.º e 6.º do artigo 1.º da base 3.ª do decreto n.º 4:670, de 14 de Julho de 1918.

Art. 179.º Estes contratos, seja qual for o seu valor, serão escritos em documentos avulsos, na secção que tiver a seu cargo as operações bancárias e assinadas pelo Administrador Geral ou por quem as suas vezes fizer, e pelo mutuário ou seu bastant procurador.

§ 1.º Antes de realizado o contrato, o administrador geral verificará se está nas condições de ser celebrado, e na respectiva proposta porá o seu despacho de «aceite».

§ 2.º Quando o mutuário não souber escrever, será o documento assinado por outrem, a seu rôgo, intervindo também duas testemunhas idóneas.

§ 3.º Se não for conhecida a identidade do mutuário, será esta certificada por duas testemunhas também idóneas, que assinarão o documento.

Art. 180.º Estes contratos poderão ser feitos na sede da Caixa ou em qualquer das suas dependências, quando para isso estejam autorizados. Neste caso, o chefe da filial, agência ou delegação, outorgará como representante do administrador geral.

Art. 181.º Os documentos onde se exaram estes contratos não são transmissíveis, nem sobre eles se pode fazer qualquer operação.

Art. 182.º Pode o Conselho de Administração permitir a renovação destes contratos, com ou sem modificações. Quando as haja, mesmo que sejam relativas à quantia mutuada, o documento conserva o mesmo valor, bastando que nele se faça a devida menção.

Art. 183.º O mutuário é obrigado a escolher domicilio para todas as obrigações resultantes do contrato, na localidade em que o mesmo se celebrar.

Art. 184.º Se os títulos oferecidos em penhor ou caução forem de assentamento, entregar-se hão com o endosso em branco e assinatura devidamente reconhecida.

Art. 185.º Os juros dos empréstimos sobre penhor de títulos serão liquidados e pagos na ocasião de se efectuar o contrato. O juro e a comissão das contas correntes caucionadas serão liquidados e pagos trimestralmente.

§ 1.º Em qualquer época da duração do contrato poderá o penhor ser remido, sem haver direito a restituição de juros.

§ 2.º A caixa poderá, se lhe convier, proceder à cobrança dos juros vencidos pelos títulos, para pagamento do seu crédito, capital ou juros.

Art. 186.º O mutuário é obrigado a reforçar a caução logo que a cotação dos respectivos títulos deixe prever insuficiência de garantia. Para este efeito será avisado o mutuário, em carta registada e com aviso de recepção, dirigida para o domicilio que constar do contrato; quando não reforce dentro de três dias depois da recepção da carta, ou sendo esta devolvida por ausência do destinatário, poderá a Caixa proceder nos termos do artigo seguinte.

Art. 187.º Não sendo paga a dívida, quando vencido o contrato, poderá a Caixa fazer proceder à venda dos títulos, independentemente do aviso ou de qualquer ou-

tra formalidade, applicando o produto ao pagamento do seu crédito, despesas e juros acrescidos e restituindo-se o remanescente ao mutuário ou a seus legítimos representantes.

§ único. A venda será sempre feita por intermédio do corretor.

Art. 188.º O mutuário responde para com a Caixa por todos os seus bens, por qualquer prejuízo resultante da liquidação do contrato. Para esse efeito será este enviado com a conta respectiva ao competente agente do Ministério Público, para que instaure o processo contra os devedores.

Art. 189.º As disposições deste capítulo são applicáveis a quaisquer títulos que, embora não sejam de dívida pública fundada, tenham garantia do Governo Português, mas precedendo sempre, para tais contratos, autorização especial do Conselho de Administração.

Art. 190.º Os empréstimos sobre consignação de juros de títulos de dívida pública interna ou externa serão feitos por quantia a que corresponda um número certo o seguido de períodos de vencimento de juros.

§ 1.º O juro destes empréstimos será liquidado e pago na ocasião de se realizar o contrato, fazendo-se a liquidação por todo o prazo de duração do empréstimo e levando-se em conta a amortização resultante da consignação.

§ 2.º Para o efeito da liquidação de que trata o parágrafo antecedente, reputar-se há que cada amortização se effectua no último dia de cada período de vencimento de juros.

§ 3.º Sendo de assentamento os títulos cujos juros foram consignados, receberá a Caixa desde logo devidamente formulados, selados, assinados e reconhecidos os recibos para o recebimento dos juros. Os títulos ficarão retidos até integral amortização.

§ 4.º Se os títulos forem de cupões, serão estes desde logo separados dos mesmos títulos e entregues à Caixa, acompanhados das respectivas relações com recibo devidamente selado.

§ 5.º Do contrato de consignação deve lavrar-se documento pela importância total dos juros descontados, onde se designem todas as condições da consignação, entre as quais a de que o consignatário fica sujeito às alterações que se possam dar nos juros dos títulos durante o tempo por que ela se houver effectuado.

§ 6.º Nas épocas próprias serão apresentados os títulos na repartição competente para serem carimbados, levando-se à conta da amortização a importância dos juros que se cobrarem.

§ 7.º A consignação effectuada poderá ser remida a todo o tempo, pagando o mutuário à Caixa a importância que ainda estiver devendo, não havendo lugar à restituição dos juros descontados.

CAPÍTULO VII

Compra de títulos

Art. 191.º A Caixa poderá receber, sem limite de quantia, depósitos voluntários destinados à compra de títulos de dívida pública portuguesa ou de quaisquer outros papéis de crédito que tenham cotação na Bólsa.

§ 1.º Pelo encargo da compra, averbamento e remessa cobrará a Caixa a comissão de 2 por mil sobre o valor do capital empregado.

§ 2.º O registro e seguro dos títulos, quando estes forem ao portador, não estão compreendidos na comissão de que trata o parágrafo antecedente.

Art. 192.º Os depósitos voluntários para compra de títulos, serão acompanhados de guias em duplicado, onde se deve declarar:

1.º O nome do depositante;

2.º O cofre onde se deve effectuar o depósito;

3.º A quantia a depositar;

4.º Quantidade e espécie de papéis de crédito em que peve ser convertido o depósito;

5.º Qual o «pertence» que deve ser lançado, tratando-se de títulos de assentamento, para serem devidamente averbados.

§ único. A Caixa não se encarrega do averbamento de títulos que dependam da apresentação de documentos ou dalgum despacho especial.

Art. 193.º Comprados e averbados os títulos, em conformidade com as respectivas guias, serão entregues aos competentes directores de Finanças, chefes de filiais ou agências da Caixa, acompanhado dos seguintes documentos:

1.º Conta do corretor;

2.º Guia em duplicado, que mencionará a classe de papéis de crédito, seu valor nominal, juro ou dividendo a receber e nome do interessado, devendo o duplicado desta guia, depois de devidamente assinado pelas entidades que a hajam recebido, ser devolvido à Caixa, para assim ficar comprovada a remessa;

3.º Ordens de pagamento dos mínimos e da entrega dos papéis de crédito, as quais devem ser assinadas pela pessoa que tiver feito o depósito ou por quem a representar, devendo as assinaturas ser reconhecidas.

CAPÍTULO VIII

Depósito de valores na casa forte

Art. 194.º A qualquer pessoa é permitido depositar na Caixa Geral de Depósitos os seus papéis de crédito.

Art. 195.º Estes depósitos efectuam-se por meio de guias feitas pelos interessados e que deverão conter:

1.º O nome do depositante e a sua residência, ou sede social;

2.º Valor nominal dos papéis de crédito, números dos mesmos e respectivas denominações;

3.º Qual o último juro ou dividendo pago;

4.º Designação de quem é competente para assinar as guias de depósito e os respectivos levantamentos.

§ 1.º As transferências que hajam de fazer-se, para a arrecadação dos papéis de crédito depositados, serão à custa dos interessados.

§ 2.º Os duplicados das guias com os competentes recibos serão entregues aos depositantes e servirão de título de depósito.

Art. 196.º Os levantamentos destes depósitos, no todo ou em parte, serão feitos por meio de recibos assinados por quem tiver competência para os realizar, sendo a assinatura reconhecida por notário público, que deve declarar que o signatário está no exercício das suas respectivas funções, quando se trate dalguma sociedade.

§ 1.º Quando se efectuarem os levantamentos, deverão os depositantes apresentar os duplicados das guias para nelas se averbarem os papéis de crédito levantados, se a restituição for parcial, ou para ficarem arquivados na Caixa, sendo total o levantamento.

§ 2.º Por estes depósitos cobrará a Caixa a comissão anual de meio por mil do valor nominal dos papéis de crédito, nunca inferior a noventa dias, embora tenha sido menor a duração do depósito.

Art. 197.º A Caixa Geral de Depósitos poderá receber, para guardar nas suas casas fortes, mediante o pagamento de prémio estabelecido pelo Conselho de Administração, quaisquer valores, documentos e objectos preciosos.

§ único. A administração publicará as instruções necessárias para a execução do disposto neste artigo.

Art. 198.º Poderá a Caixa Geral de Depósitos tornar extensivo às casas fortes das suas filiais e agências os serviços de guarda e arrecadação a que se referem os artigos anteriores.

§ único. Poderá também a Caixa alugar aos particulares os cofres que construir nas suas casas fortes, sa-

tisfeitas as condições e pagas as taxas de locação que o Conselho de Administração estabelecer.

CAPÍTULO IX

Cobrança de juros e dividendos

Art. 199.º Os depositantes de quaisquer títulos ou papéis de crédito, quer o depósito seja necessário, quer seja voluntário, poderão solicitar da Caixa Geral de Depósitos que esta proceda nas épocas próprias à cobrança dos juros ou dividendos.

§ 1.º Para este efeito os interessados apresentarão na Caixa as relações ou recibos devidamente preenchidos e assinados e, quando se tratar de Bilhetes do Tesouro, requisitarão que estes sejam apresentados nas estações competentes para se proceder à sua reforma.

§ 2.º Os documentos para estas cobranças serão entregues ao tesoureiro, contra recibos passados na Repartição de Contabilidade, e assinados pelo mesmo tesoureiro.

§ 3.º Da entrega dos documentos far-se há, na Repartição de Contabilidade, escrituração em livros próprios destas operações, conferindo-se as contas mensalmente.

§ 4.º Quando os interessados não venham receber a importância dos juros dentro do prazo de trinta dias, o administrador geral ordenará que as importâncias líquidas cobradas constituam depósito à sua ordem, a favor dos depositantes. Estes depósitos não vencem juros.

Art. 200.º Poderá a Administração da Caixa, quando o julgar conveniente para o serviço, determinar que a cobrança de juros ou dividendos e a reforma de Bilhetes do Tesouro se efectuem independentemente de solicitação dos interessados, na época própria, salvo determinação deles em contrário.

CAPÍTULO X

Cobrança de títulos ou outros valores sujeitos a liquidação imediata

Art. 201.º Quando na Caixa Geral de Depósitos estejam depositados títulos ou valores com vencimento a prazo, ou outros que por qualquer circunstância seja urgente realizar, poderá o administrador geral mandar proceder à sua cobrança, constituindo-se com o seu produto novo depósito e enviando-se o conhecimento à autoridade respectiva.

Art. 202.º Com a necessária antecedência a Administração da Caixa expedirá aviso aos devedores ou responsáveis para que efectuem o pagamento na sede da Caixa, ou em alguma das suas filiais, agências ou delegações, se assim o preferirem, para onde, nesse caso, serão enviados os documentos.

§ 1.º Sendo a cobrança feita por este meio, a Caixa não poderá receber importância inferior à que constar do respectivo título com os seus juros, se forem devidos.

§ 2.º As importâncias recebidas darão entrada nos cofres da Caixa por meio de guias processadas na sua sede e visadas pelo chefe da Contabilidade ou pelo da filial, agência ou delegação, se o pagamento ali se realizar, devendo constar nas mesmas guias a proveniência do dinheiro e as características principais do título distratado.

Art. 203.º Se a cobrança se não efectuar voluntariamente e for necessário recorrer aos meios judiciais, o administrador geral enviará o respectivo documento ao agente do Ministério Público, o qual deverá propor a competente acção ou execução. Os agentes do Ministério Público terão neste caso direito à percentagem de 2 por cento das importâncias cobradas.

§ único. O disposto neste artigo é igualmente aplicável quando a cobrança tenha de se efectuar em processo de falência.

Art. 204.º Tendo de realizar-se a cobrança em país estrangeiro, os documentos serão enviados às agências financeiras do Governo Português, onde as houver, ou aos agentes consulares do mesmo Governo, e, nestes casos, se fôr necessário, e o administrador geral o entender conveniente, por virtude das informações que tenha obtido, poderá constituir procurador, cujos honorários serão satisfeitos pelo produto realizado.

Art. 205.º Das importâncias cobradas serão deduzidas todas as despesas, recebendo a Caixa a comissão de 1 por cento do seu produto líquido.

Art. 206.º A Caixa Geral de Depósitos em caso algum é obrigada a efectuar as cobranças a que se referem os artigos antecedentes e, em regra, só a elas procederá quando não haja interessados certos com direito aos depósitos, e sendo-lhe participada a urgência das mesmas cobranças.

CAPÍTULO XI

Crédito hipotecário

Art. 207.º A Caixa poderá realizar operações de crédito hipotecário, com garantia de propriedades rústicas e urbanas e sobre navios que naveguem sob o pavilhão português.

§ 1.º O montante dos empréstimos será estabelecido em função dos valores atribuídos às propriedades por peritos de nomeação da Caixa.

§ 2.º As condições de prazo, amortização, juro e comissão serão variáveis segundo as circunstâncias e previamente fixadas pelo Conselho de Administração.

§ 3.º Os interessados apresentarão proposta escrita da operação que pretendem, instruindo-a com os documentos que possam esclarecê-la, e fazendo o preparo que fôr fixado, de harmonia com a respectiva tabela.

CAPÍTULO XII

Crédito industrial

Art. 208.º A Caixa poderá realizar operações de crédito industrial com garantia de propriedades fabris, rústicas e urbanas, navios e seus aparelhos, máquinas, matérias primas e produtos fabricados, ou outra forma de caução admitida em direito.

§ único. O crédito industrial pode ser facultado mediante redesconto pela Caixa, de letras do aceite ou saque dos industriais, endossadas por bancos ou casas bancárias do reconhecido crédito.

Art. 209.º O montante do empréstimo será estabelecido em função dos valores atribuídos aos bens da indústria por peritos de nomeação da Caixa.

§ 1.º As condições de prazo, amortização, juro e comissão serão variáveis, segundo as circunstâncias e o critério do Conselho de Administração.

§ 2.º Os interessados apresentarão proposta escrita da operação que pretendem, instruída com os documentos que possam esclarecê-la, e farão o preparo que estiver fixado na respectiva tabela.

Art. 210.º A Caixa poderá descontar *warrants* ou cautelas de penhor de mercadorias depositadas em armazém geral industrial nos termos da legislação vigente.

§ 1.º Na avaliação das mercadorias depositadas intervirá sempre um perito da Caixa, cujo serviço será gratuito, mas as despesas de viagem e respectivas ajudas de custo ficarão a cargo dos interessados.

§ 2.º O montante do empréstimo será estabelecido segundo a percentagem adoptada pelo Conselho de Administração, que fixará também as condições de prazo, pagamento e juro.

§ 3.º É facultativo aos interessados antecipar o pagamento dos seus débitos, não havendo, porém, lugar à restituição de juros.

CAPÍTULO XIII

Crédito agrícola

Art. 211.º São operações de crédito agrícola os empréstimos a agricultores, para fins agrícolas.

Art. 212.º Consideram-se fins agrícolas:

1.º A compra de sementes, plantas, insecticidas, adubos e correctivos, gados, forragens, utensílios, máquinas, alfaias, material de transportes, vacinas, soros e quaisquer substâncias destinadas ao tratamento preventivo e curativo de gados;

2.º O pagamento de jornais, soldadas e mais vencimentos de pessoal agrícola;

3.º O pagamento de rendas, alugueres e mais encargos de exploração, pagamento de foros e contribuição predial rústica que incidir sobre terrenos agricultados;

4.º O pagamento de dívidas hipotecárias ou remissão de foros que onerarem a propriedade rústica;

5.º A realização de quaisquer obras que, valorizando a propriedade, tornem a exploração mais remuneradora;

6.º A produção, transformação, conservação, melhoramentos e venda de produtos agrícolas, bem como o seguro de alfaias, instalações, produtos agrícolas e gados.

Art. 213.º A taxa de juro para os empréstimos nestas operações será estabelecida pelo Conselho de Administração, tendo em vista a taxa do desconto do Banco emissor e as necessidades do aumento da produção agrícola.

Art. 214.º Em regra, estas operações serão amortizadas no fim do ano agrícola, mas poderá renovar-se o prazo do contrato sucessivamente, mediante amortizações, quando se prove que o empréstimo foi aplicado ao arroteamento de terreno inculto, arborização de baldios, obras de hidráulica agrícola ou outras igualmente justificativas.

Art. 215.º As operações de crédito agrícola poderão também ser feitas por meio de desconto pela Caixa de *warrants*, ou constituição de penhor de alfaias, gados, sementes, máquinas, frutos pendentes, sementeiras e colheitas, lãs por tosquiar e quaisquer outros valores ou produtos.

Art. 216.º Nas operações de que trata o presente capítulo pode o penhor, constituindo garantia do empréstimo, ficar em mão e poder do devedor, ou de terceiros, os quais responderão como bons e fiéis depositários pela sua guarda e conservação.

Art. 217.º Quando na região a que pertença o devedor não esteja funcionando armazém geral agrícola, poderá o respectivo título de penhor ser passado por autoridade ou funcionário que goze de fé pública, sendo para isso devidamente autorizado.

Art. 218.º Pode igualmente a Caixa Geral de Depósitos fazer empréstimos à Direcção Geral de Crédito e Instituições Sociais Agrícolas, com garantia da cessão dos seus créditos aos lavradores, ou com qualquer outra caução, mas tendo sempre em vista a taxa de juro fixada nos termos do artigo 213.º

CAPÍTULO XIV

Outras operações

Art. 219.º A Caixa Geral de Depósitos pode efectuar redesconto de letras da carteira comercial de bancos e casas bancárias, de prazo não superior a noventa dias, sendo o saque e aceite de firmas diferentes entre si o da do endossante.

§ único. Só podem obter redesconto os bancos e casas bancárias que, realizando regularmente as operações inerentes à sua indústria em estabelecimentos abertos ao público, pagam ou estão colectados pelo exercício da mesma.

Art. 220.º As autorizações para redesconto são concedidas ou recusadas pelo Conselho de Administração da Caixa, tendo em atenção o crédito das firmas e a sua situação na praça. Igualmente o Conselho fixará todas as mais condições dos contratos.

Art. 221.º Pode o Conselho de Administração efectuar todas as operações de natureza bancária ou cambial, nos termos do n.º 12.º do artigo 1.º da base 2.ª do decreto n.º 4:670, de 14 de Julho de 1908, tais como cobranças de efeitos de comércio, transferências de fundos, aberturas de créditos, por cartas, aceitação por cessão, de créditos dos fornecedores do Estado e de depósitos a prazo, exceptando apenas o desconto directo de letras do país.

TÍTULO VII

Contabilidade

CAPÍTULO I

Contabilidade geral

Art. 222.º A escrituração geral da Caixa Geral de Depósitos deve ser feita por partidas dobradas, com todo o desenvolvimento e certeza que este sistema de escrituração comporta.

Art. 223.º A escrituração geral deverá fazer constar o activo e passivo da Caixa, e assim:

- 1.º O estado de contas do cofre;
- 2.º O estado da conta com o Tesouro, por operações de tesouraria;
- 3.º O estado da conta com o Tesouro, por empréstimos feitos ao mesmo;
- 4.º O estado das contas dos depósitos;
- 5.º O estado das contas de operações, por emprêgo de capital, segundo cada uma das classes;
- 6.º O estado das contas de lucros, por cada classe de operações;
- 7.º O estado das contas de gerência e administração;
- 8.º A conta geral da liquidação anual de juros, quer dos depósitos obrigatórios, quer dos depósitos voluntários. Esta conta e a dos n.ºs 6.º e 7.º serão anualmente fechadas pela conta de ganhos e perdas;
- 9.º O estado da conta de juros liquidados a depósitos necessários;

10.º O estado da conta da Caixa Económica Portuguesa.

Art. 224.º Haverá também contas especiais para cada um dos devedores à Caixa, quer os seus débitos se justifiquem por escritura pública, quer por escritos particulares ou por qualquer outra forma, o ainda todas as demais por outras quaisquer operações.

Art. 225.º A receita e despesa diária relativa à Caixa Económica Portuguesa entrará ou sairá do cofre central da Caixa Geral de Depósitos, segundo as instruções relativas àquele serviço, sendo diariamente formulada pela respectiva repartição e sob a responsabilidade do seu chefe guias de receita e despesa total, com a necessária discriminação da sua proveniência, a fim de ser inscriturada na Repartição da Contabilidade Central.

Art. 226.º Toda a receita que se efectuar por intermédio dos serviços de finanças e por conta da Caixa Geral de Depósitos, será compreendida nas tabelas mensais e anuais que as respectivas Direcções de Finanças têm de remeter à Direcção Geral da Contabilidade Pública, conforme o modelo n.º 29 do regulamento geral da Administração da Fazenda Pública, e nos termos do mesmo.

§ único. Estas operações serão descritas na classe de operações de tesouraria, com o título de: «Operações pela Caixa Geral de Depósitos».

Art. 227.º Haverá anualmente uma liquidação geral de juros de todas as quantias recebidas que tenham direito a elles, conforme as prescrições deste regulamento,

para se determinar o quantitativo dos encargos anuais da Caixa Geral de Depósitos.

Art. 228.º Dos livros da escrituração geral e da do cofre central da Caixa se extrairão os documentos que, segundo as leis e os regulamentos em vigor, têm de ser remetidos às Direcções Gerais da Contabilidade Pública e da Direcção Geral da Fazenda Pública e ao Conselho Superior de Finanças. São esses documentos:

1.º As tabelas de receita e despesa mensal do cofre central da Caixa, à Direcção Geral da Contabilidade Pública até o dia 15 do mês imediato àquele a que respeitam;

2.º A conta anual do tesoureiro, devidamente certificada e acompanhada do respectivo termo de balanço, ao Conselho Superior de Finanças até o dia 31 de Dezembro imediato ao ano económico a que respeitam;

3.º A conta com o Tesouro e mapas gerais de receita e despesa da Caixa, classificada segundo os cofres a que respeitam e a conta das despesas da gerência e administração, à Direcção Geral da Contabilidade Pública, até 31 de Dezembro de cada ano;

4.º A conta com o Tesouro e a respectiva liquidação de juros, à Direcção Geral da Fazenda Pública até o mesmo dia 31 de Dezembro.

Art. 229.º O chefe de serviço da Caixa Económica enviará mensalmente ao chefe da contabilidade um mapa do movimento geral.

Art. 230.º Os papéis de crédito pertencentes à Caixa, por emprêgo de capital, deverão figurar no balanço pela cotação oficial de 30 de junho de cada ano, sendo as diferenças, quando as houver, levadas à conta de *flutuação de títulos por emprêgo de capital*.

Art. 231.º A conta de ganhos e perdas serão levadas não só todas as receitas que constituam lucros da Caixa Geral de Depósitos, quer elas resultem da aplicação de capitais, quer da prescrição de depósitos ou juros dos mesmos, como igualmente os juros liquidados de depósitos, tanto obrigatórios como voluntários, despesas orçamentais e mais encargos, inclusive os resultantes de operações. Exceptuam-se desta disposição os prejuizos extraordinários na liquidação de contratos feitos pela Caixa, ou provenientes da depreciação extraordinária de títulos que lhe pertencem, os quais serão compensados pelo fundo de reserva.

§ 1.º Dos lucros líquidos desta conta sairão 5 por cento para os efeitos do artigo 17.º da base 4.ª do decreto n.º 4:670, de 14 de Julho de 1918.

§ 2.º Dos restantes lucros serão creditados 20 por cento ao fundo de reserva, nos termos do § único do artigo 12.º da base 4.ª do citado decreto, e o saldo constituirá receita do Estado.

§ 3.º A entrega da participação do Estado, deduzidos quaisquer débitos deste à Caixa, e a distribuição dos lucros, a que se refere o § 1.º, poderão efectuar-se logo que sejam encerradas as contas do ano a que respeitam.

CAPÍTULO II

Contabilidade do cofre central da Caixa

Art. 232.º A contabilidade do cofre central da Caixa Geral de Depósitos será feita de forma a fazer constar, em qualquer época, qual a responsabilidade do respectivo tesoureiro pelos valores confiados à sua guarda e qual a natureza desses valores, discriminando-se em livro especial a proveniência de cada uma das verbas de receita e de despesa donde resultam os saldos em cofre.

Art. 233.º Toda a receita relativa à sede, seja qual for a sua natureza, dará entrada em cofre por meio de guias ou outros documentos em que se descreva claramente a sua proveniência, sendo assinados ou visados pelos respectivos chefes de serviços ou pelos empregados por eles para esse fim autorizados.

Art. 234.º Todas as despesas efectuadas na sede da Caixa, seja qual fôr a sua natureza, têm de ser autorizadas por despacho dos chefes de serviços respectivos, ou do administrador geral, quando seja necessário, e as respectivas ordens de pagamento serão sempre visadas pelo chefe da contabilidade.

§ único. Quando o chefe de serviços da contabilidade tiver dúvidas sobre qualquer pagamento que lhe cumpra autorizar nos serviços a seu cargo, deverá submeter o respectivo processo, com a devida informação, ao despacho do administrador geral.

Art. 235.º As despesas de gerência e administração só podem ser autorizadas por despacho do administrador geral.

Art. 236.º Todos os documentos, tanto de receita como de despesa, antes de darom entrada na Tesouraria, serão anotados em livro especial na Repartição de Contabilidade, para que no fim do serviço diário se possa fazer a conferência com o boletim que o tesoureiro tem de apresentar.

Art. 237.º Conferido diariamente pelo chefe da Contabilidade o saldo em cofre, serão entregues pelo tesoureiro os respectivos documentos, passando-lhe, em relação à despesa, a competente ordem de abono.

Art. 238.º Os documentos diários, tanto de receita como de despesa, apenas entrados na Repartição de Contabilidade, serão reverificados e classificados segundo a natureza das operações a que respeitam. Formular-se há, então, segundo essa classificação, uma fôlha geral de receita e despesa diária, acompanhada dos desenvolvimentos necessários para prestarem à escrituração geral todos os esclarecimentos.

Art. 239.º As fôlhas de que trata o artigo antecedente serão conferidas e assinadas pelo chefe da contabilidade e servirão de documento à escrituração do livro caixa, onde todas as operações serão rigorosamente descritas.

Art. 240.º Para facilidade e clareza da escrituração, haverá um livro caixa para as operações em efectivo e outro para as operações em papéis de crédito e letras. As operações escrituradas nestes livros serão fechadas mensalmente, passando os respectivos saldos para os meses seguintes.

Art. 241.º Os documentos serão depois distribuídos segundo as secções do serviço a que respeitam, para se fazer a sua escrituração especial, sendo depois entregues ao encarregado do arquivo.

Art. 242.º O livro auxiliar de que trata o artigo 232.º, espécie de índice do livro caixa, indicará por meses e por dias todos os motivos de receita e despesa cujo desenvolvimento se verifica no texto do mesmo livro caixa ou nos documentos arquivados, sendo necessário, de forma a poderem ser facilmente consultados.

Art. 243.º Além dos livros indispensáveis à escrituração digráfica, haverá mais os livros auxiliares que sejam necessários.

§ único. O diário terá termos de abertura e de encerramento, assinados pelo administrador geral e numerados e rubricados em todas as fôlhas pelo mesmo administrador, ou por um empregado superior da Caixa, a quem, para esse efeito, der comissão, devendo essa circunstância constar do termo do encerramento.

CAPÍTULO III

Contabilidade das filiais e agências

Art. 244.º A contabilidade das filiais e agências da Caixa Geral de Depósitos faz-se nas mesmas e na sede da Caixa.

Art. 245.º A contabilidade das filiais e agências consiste:

1.º Na escrituração de todas as suas receitas e despesas em livros «Caixa», tanto para efectivo como para papéis de crédito e outros valores.

2.º Esta escrituração será feita diariamente com a maior clareza, fechando-se mensalmente os respectivos livros.

Art. 246.º No fim de cada mês será organizado um mapa geral do movimento havido em cada uma das Filiais e Agências, com a discriminação das contas a que digam respeito, tanto em efectivo como em papéis de crédito, letras ou outros valores, o qual será remetido à Repartição da Contabilidade da Caixa, até o dia 5 do mês seguinte àquele a que disser respeito.

§ 1.º Com este mapa serão remetidos à mesma Repartição, devidamente relacionados por números, quantias e contas que representem, todos os documentos de receita e despesa recebidos e pagos durante o mês.

§ 2.º Exceptuam-se os documentos da Caixa Económica, operações de transferência e outros que, por natureza especial, hajam de ficar arquivados na Filial ou Agência.

Art. 247.º As contas a que se refere o artigo 246.º serão escrituradas sob as seguintes rubricas: «Depósitos obrigatórios», «Depósitos da Caixa Económica Portuguesa», «Depósitos voluntários para compra de títulos», «Casa de Crédito Popular», «Operação pelas leis da desamortização», «Adiantamentos a funcionários e pensionistas do Estado», «Empréstimos ao Governo, corpos e corporações administrativas», «Operações bancárias», «Juros de depósitos da Caixa Económica Portuguesa», «Juros de conta especial», «Juros de depósitos obrigatórios», «Operação de transferências», «Conta de depósito no Banco de Portugal em conta corrente com o Tesouro», e ainda as demais que venham a ser indicadas pela Repartição de Contabilidade.

§ único. O saldo em cofre nas filiais e agências será diariamente conferido pelos respectivos chefes.

CAPÍTULO IV

Contabilidade das delegações

Art. 248.º A contabilidade das delegações da Caixa Geral de Depósitos faz-se nas próprias delegações, na sede da Caixa e suas filiais.

Art. 249.º A contabilidade nas delegações consiste:

1.º Na escrituração de toda a receita no livro do cofre, modelo n.º 20 do regulamento geral da Administração da Fazenda Pública;

2.º Na escrituração da mesma receita em contas especiais que a Administração Geral da Caixa mandar abrir, todas subordinadas à epigrafe: «Operações pela Caixa Geral de Depósitos»;

3.º Estas contas, abertas no livro modelo n.º 21 do regulamento geral da Administração da Fazenda Pública, são as seguintes:

- a) Operações da Caixa Geral de Depósitos;
- b) Operações pela Caixa Económica Portuguesa;
- c) Operações pela lei da desamortização;
- d) Operações pelas filiais e agências em conta com o Tesouro;

4.º Na escrituração dos livros da Caixa Económica Portuguesa, segundo as instruções especiais relativas a este serviço.

Art. 250.º Sendo todos os documentos de conta da Caixa Geral de Depósitos pagos nas suas delegações por conta do Tesouro, que os entrega na Caixa, como dinheiro, é a sua importância escriturada na sede, quando se credita o mesmo Tesouro, não havendo lugar a escrituração de despesa nas delegações.

§ único. Estes documentos serão enviados quinzenalmente à Caixa, devidamente relacionados e acompanhados duma guia de transferência de fundos, pela qual se fará o abono aos respectivos agentes do Banco de Portugal.

Art. 251.º Os directores de finanças enviarão tabelas mensais da receita geral da Caixa, acompanhadas do de-

envolvimentos especiais quanto à operação da desamortização, até o dia 15 do mês imediato àquele a que respeitam.

Art. 252.º A escrituração na sede da Caixa respectiva às suas delegações consiste:

1.º Na escrituração de todas as guias de receita nos livros auxiliares denominados «Cofres das delegações», segundo a sua proveniência e mês a que respeitam;

2.º Na escrituração das tabelas de que trata o artigo anterior, depois de devidamente conferidas com os livros dos cofres das delegações. Estes livros serão escriturados na repartição da contabilidade da caixa.

CAPÍTULO V

Tesouraria

Art. 253.º Por intermédio do cofre central da Caixa Geral de Depósitos, efectua-se todo o movimento de fundos, quer realizados em dinheiro ou outros valores, quer por transferência em documentos.

Art. 254.º A Tesouraria constitui uma secção especial da Repartição de Contabilidade. O chefe desta secção é o tesoureiro, a quem compete:

1.º Conservar sob a sua guarda e responsabilidade todos os valores que derem entrada nos seus cofres;

2.º Assinar todos os documentos para cuja validade seja necessária a sua intervenção;

3.º Receber e entregar todos os papéis de crédito, letras e objectos;

4.º Organizar o boletim diário da tesouraria, em face das notas da receita e despesa fornecidas pelos respectivos fiéis;

5.º Desempenhar todo o serviço relativo à entrada e saída de papéis de crédito, objectos e mais valores, na casa forte;

6.º Dirigir e distribuir todos os serviços a cargo da tesouraria, dando aos fiéis e cobradores as instruções necessárias, quando estas não constem de ordens do administrador geral.

Art. 255.º O tesoureiro será auxiliado pelos fiéis, nos quais poderá delegar as atribuições constantes do n.º 2.º do artigo anterior.

Art. 256.º Aos fiéis compete especialmente:

1.º Pagar e receber na tesouraria todas as quantias em dinheiro;

2.º Escribirar os livros de registo dos documentos respeitantes a cada caixa e fornecer ao tesoureiro, diariamente, os elementos para a organização do boletim;

3.º Executar qualquer outro serviço que o tesoureiro lhe incumbir.

Art. 257.º Aos cobradores compete fazer todas as cobranças e transferências de dinheiro e papéis de crédito e auxiliar os demais serviços da tesouraria.

Art. 258.º O tesoureiro será substituído nos seus impedimentos pelo fiel que designar, o qual acumulará essas funções com o serviço que tiver a seu cargo.

Art. 259.º No caso de licença concedida ao tesoureiro, ou de vacatura do lugar, o administrador geral designará qual dos fiéis deverá exercer essas funções.

Art. 260.º A Caixa será diariamente conferida pela Repartição de Contabilidade, como preceitua o artigo 237.º deste regulamento.

CAPÍTULO VI

Casas fortes e cofres

Art. 261.º Na casa forte da sede da Caixa serão arrecadados os papéis de crédito, letras, objectos preciosos e mais valores cuja guarda e administração competem obrigatoriamente à Caixa Geral de Depósitos, e bem assim os que lhe forem entregues em caução ou penhor de obrigações ou por depósito.

§ único. Os objectos e valores que estiverem à guarda das filiais, agências e delegações poderão ser transferidos para a casa forte da sede quando a administração o julgar conveniente.

Art. 262.º A casa forte é fechada com três chaves interdependentes, sendo claviculários o chefe da contabilidade, o tesoureiro da sede e um empregado superior nomeado pelo administrador geral.

Art. 263.º Haverá na casa forte os livros que forem necessários ao seu movimento e especialmente os seguintes, para registo:

1.º De papéis de crédito;

2.º De letras;

3.º De juros ou dividendos a receber, e de bilhetes de Tesouro a reformar;

4.º De objectos;

5.º De outros documentos ou valores.

§ único. Estes livros serão numerados e rubricados em todas as folhas e terão termos de abertura e encerramento assinados pelo administrador geral.

Art. 264.º Quando alguns dos valores mencionados nos artigos antecedentes der entrada na casa forte, será imediatamente escriturado no livro competente, com a discriminação do número do depósito ou outro característico que lhe corresponda, e bem assim com quaisquer outras designações que sirvam para a sua identificação.

Art. 265.º De todos os valores saídos da mesma casa forte, quer para entrega, devidamente reclamada, quer para recebimento de juros, deverá sempre fazer-se registo no livro competente.

Art. 266.º Os registos a que se referem os dois artigos anteriores serão sempre rubricados pelos respectivos claviculários.

Art. 267.º Todos os valores que derem entrada na casa forte serão guardados em divisões numeradas, segundo as contas a que respeitem, a fim de que, com a maior rapidez, possam encontrar-se, quando tenha de proceder-se à sua entrega ou ao respectivo balanço.

Art. 268.º A arrumação e limpeza da casa forte da sede compete, sob a fiscalização dos claviculários, ao conservador da casa forte e auxiliar da tesouraria. A este funcionário incumbe especialmente velar pela conservação dos objectos, valores e papéis arrecadados, fazer o apartamento dos títulos sorteados e cortar em tempo competente os cupões a receber.

Art. 269.º O conselho de administração fará construir casas fortes nas filiais e agências em que o movimento de fundos e valores exija esta instalação, e a elas serão extensivas, na parte aplicável, as disposições anteriores.

§ único. Nestas casas fortes poderão ser montados cofres para guarda de valores de particulares.

TÍTULO VIII

Disposições gerais

CAPÍTULO I

Preceitos vários

Art. 270.º A gerência da Caixa Geral de Depósitos será regulada por anos económicos.

Art. 271.º Todos os fundos da Caixa Geral de Depósitos serão centralizados num cofre geral, embora haja contas especiais das diversas proveniências, e darão entrada no Banco de Portugal, como caixa geral do Estado, constituindo uma conta corrente entre a Caixa e o Tesouro Público, com o juro recíproco de 5 por cento ao ano.

Art. 272.º Os serviços e operações da Caixa Geral de Depósitos que não estejam especialmente regulados no presente diploma serão efectuados em conformidade com os diplomas aplicáveis.

Art. 273.º Não poderão conjuntamente funcionar como membros dos conselhos da Caixa os indivíduos que tiverem entre si parentesco até 2.º grau, inclusive, por direito civil.

Art. 274.º O administrador geral comunicará ao presidente do conselho fiscal, com a devida antecedência, os dias em que se procede aos balanços, aos quais o mesmo conselho poderá assistir por si ou por delegação em um dos seus membros. O conselho assistirá sempre, no final dos balanços, à verificação da caixa.

§ único. É obrigatório um balanço no fim de cada ano económico. Outros balanços poderão ser ordenados pelo Conselho de Administração quando entender conveniente, ou lhe forem requisitados pelo conselho fiscal ou pelo Governo, que neste caso poderá fazer-se neles representar por um seu delegado.

Art. 275.º Em regra, considera-se de natureza confidencial tudo quanto diga respeito a depósitos ou a contratos celebrados na Caixa, só podendo extrair-se certidões a requerimento de quem mostrar ter interesse directo nos mesmos depósitos ou contratos, e tendo-se sempre em vista o disposto no artigo 86.º deste regulamento. A assinatura destes requerimentos deve ser reconhecida por notário. Da regra deste artigo exceptuam-se as certidões requisitadas pelas autoridades judiciais, ou por estações oficiais, e destinadas a fins de interesse público.

§ único. Quaisquer certidões serão passadas em virtude de despacho do administrador geral e devem ser assinadas pelo chefe da repartição ou da secção a que o assunto pertencer.

Art. 276.º O serviço diário das diferentes repartições da Caixa Geral de Depósitos é de seis horas. O pessoal menor deverá comparecer uma hora mais cedo.

§ 1.º Em cada repartição haverá um *livro do ponto*, que os empregados assinarão à entrada e à saída, o qual será rubricado pelo chefe respectivo, logo que decorram quinze minutos após as horas fixadas para o começo e o fim dos trabalhos.

§ 2.º Os empregados que entrarem depois de encerrado o ponto serão considerados como se faltassem, podendo, contudo, o respectivo chefe relevá-los dessa falta se no mesmo dia justificarem devidamente a demora. Neste caso o chefe lançará no livro do ponto o despacho que releva a falta do empregado com a declaração do motivo justificativo.

§ 3.º Nenhum empregado pode, sem licença do respectivo chefe ou do administrador geral, estar ausente do seu lugar por mais de meia hora durante o tempo de serviço, reputando-se falta injustificada qualquer contravenção a este preceito.

§ 4.º Do mesmo modo será considerada falta injustificada a do empregado que, tendo assinado o ponto, se ausentar da Repartição sem licença.

§ 5.º Os chefes de Repartição poderão prorrogar as horas de expediente de que trata este artigo, quando o exigirem as necessidades do serviço, não devendo os empregados ausentar-se sem que os respectivos chefes dêem por findos os trabalhos diários.

Art. 277.º Poderá o Conselho de Administração estabelecer, para o desempenho de quaisquer serviços, o sistema da empreitada ou avença, incumbindo a sua execução a um funcionário idóneo, que assumirá a inteira responsabilidade do contrato, mediante o pagamento da quantia em que for orçada a respectiva despesa.

Art. 278.º É considerada oficial, estando isenta do pagamento de qualquer franquia, toda a correspondência telegráfica, telefónica e postal da Caixa Geral de Depósitos.

§ único. Podem expedir telegramas de serviço, nos termos deste artigo, os funcionários a que se refere a portaria n.º 2:315, de 19 de Novembro de 1920, e todos

aqueles a quem for extensiva igual atribuição por portaria do Ministro do Comércio e Comunicações.

Art. 279.º Ao pessoal da Caixa Geral de Depósitos é aplicável, em matéria disciplinar, a legislação geral estabelecida para os funcionários civis, e nomeadamente o decreto de 22 de Fevereiro de 1913.

§ único. Os empregados que se entregarem à embriaguez habitual e pública incorrerão nas penas dos n.ºs 6.º e 7.º do artigo 6.º do decreto de 22 de Fevereiro de 1913; e os que praticarem o jôgo de azar, frequentando as casas de tavolagem, incorrerão nas penas dos n.ºs 7.º a 10.º do mesmo artigo.

Art. 280.º O Estado assegura a restituição de todos os depósitos, bem como garante todas as operações efectuadas pela Caixa Económica Portuguesa, mesmo em casos fortuitos ou de força maior.

Art. 281.º Decorrido o lapso de tempo exigido para a prescrição, quer de juros, quer de depósitos, o administrador geral ordenará que as respectivas importâncias em dinheiro sejam levadas à conta de ganhos e perdas, procedendo-se em relação a outros valores pela seguinte forma:

a) Se os depósitos prescritos constarem de papéis de crédito com cotação na Bolsa, serão vendidos por intermédio de corretor oficial;

b) Se constarem de outros títulos ou valores semelhantes, far-se há a sua liquidação pela maneira mais favorável aos interesses da Caixa;

c) Sendo objectos, proceder-se há à venda em conformidade com as disposições do artigo 49.º do decreto n.º 6:007, de 7 de Agosto de 1919;

d) Em qualquer dos casos, o produto líquido será levado à mesma conta de ganhos e perdas.

§ único. A extinção do depósito será participada à autoridade à ordem de quem tiver sido constituído, para ser averbada no respectivo conhecimento.

Art. 282.º A Caixa Geral de Depósitos é representada em juízo pelos agentes do Ministério Público, que funcionam perante os respectivos tribunais, e goza da isenção de selos e custas nos mesmos termos em que a tem a Fazenda Nacional.

§ único. As acções contra a Administração da Caixa Geral de Depósitos serão instauradas na sua sede.

Art. 283.º Todos os livros principais das diversas repartições da Caixa Geral de Depósitos terão termos de abertura e encerramento assinados pelo administrador geral. As folhas dos referidos livros, salvo disposições especiais, poderão ser rubricadas com chancela do mesmo administrador geral, ou por um empregado superior da Caixa a quem dê comissão, devendo esta circunstância constar do termo de encerramento.

Art. 284.º Os livros de escrituração, e bem assim os documentos de receita ou de despesa, não poderão sair da sede da Caixa ou das suas filiais, agências e delegações, ainda mesmo a requisição de qualquer autoridade. Os exames judiciais, quando necessários, serão feitos nas respectivas repartições.

Art. 285.º No orçamento anual da Caixa Geral de Depósitos deverá inscrever-se uma verba destinada a despesas de propaganda dos serviços a cargo desta instituição, segundo o plano que o Conselho de Administração adoptar.

Art. 286.º A Caixa Geral dos Depósitos pode emitir *bonds* de caixa (promissórias) e títulos de obrigações representativos dos seus empréstimos a curto ou longo prazo, quando o Conselho de Administração o entenda vantajoso para o estabelecimento.

CAPÍTULO II

Habilitações

Art. 287.º Os depósitos provenientes de espólios ultramarinos e consulares, não excedendo a 1.000\$, podem

ser entregues, por despacho do administrador geral, a quem, em habilitação administrativa, provar a elles ter direito.

§ 1.º Os requerimentos para estas habilitações serão acompanhados de todos os documentos comprovativos dos direitos dos requerentes e podem ser apresentados na sede da Caixa ou nas suas filiais, agências e delegações.

§ 2.º O administrador geral fará publicar anúncios no *Diário do Governo*, marcando o prazo de sessenta dias para se deduzir qualquer impugnação, e, findo esse prazo, quando a tenha havido, remeterá o processo, com a impugnação, informe do chefe da Secção do Contencioso e parecer do consultor jurídico à Procuradoria Geral da República.

§ 3.º Mesmo que não tenha havido impugnação, poderá o administrador geral, sempre que assim o entenda, remeter o processo à Procuradoria Geral da República, mandar apresentar novos documentos ou determinar, quando tenha dúvidas sobre o direito dos requerentes, que elles recorram, querendo, aos meios judiciais.

§ 4.º Antes de ser ordenada a entrega dos depósitos, os requerentes provarão estar paga ou garantida a contribuição de registo por titulo gratuito, se for devida.

§ 5.º Por estas habilitações pagarão os interessados a percentagem de 1 por cento do valor real dos espólios.

Art. 288.º Quando os mesmos depósitos forem superiores a 1.000\$ só poderão ser levantados nos termos do artigo 34.º do regimento aprovado por lei de 22 de Julho de 1885 e do artigo 694.º do Código do Processo Civil.

Art. 289.º Quando haja falecido o titular de algum depósito na Caixa Económica Portuguesa, poderão os seus herdeiros levantar o respectivo depósito, quando este não exceda a 1.000\$, mediante habilitação administrativa e depois de despacho favorável do administrador geral.

§ 1.º A estas habilitações é applicável o disposto no artigo 287.º e seus parágrafos deste regulamento, com as modificações constantes dos parágrafos seguintes.

§ 2.º O prazo dos anúncios, a que se refere o § 2.º do artigo 287.º, será reduzido a trinta dias quando o titular da caderneta haja falecido no continente da República, e de quarenta dias quando haja falecido nas ilhas adjacentes.

§ 3.º Quando a importância do depósito não exceda a 100\$, poderá o administrador geral dispensar os anúncios, se os requerentes juntarem atestado, devidamente reconhecido, passado por duas pessoas de crédito e de probidade ou da junta da freguesia da residência ou naturalidade do falecido, devidamente confirmado pelo administrador do concelho ou bairro, por onde se mostre e declare que os requerentes são os únicos herdeiros ou representantes do mesmo falecido.

Art. 290.º No caso de falecimento de algum empregado da Caixa, os seus herdeiros poderão habilitar-se a receber os vencimentos a que o falecido tiver direito, seguindo o processo estabelecido nos artigos precedentes.

TÍTULO IX

Disposições transitórias

Art. 291.º A promoção dos actuais empregados de provimento vitalício, até a extinção do respectivo quadro, continuará a ser feita pelo Governo, sob proposta do Conselho de Administração, segundo as regras subsequentes.

1.º Os funcionários de carteira têm, pela sua ordem hierárquica, as seguintes categorias:

- a) Inspector e chefes de serviço;
- b) Primeiros oficiais;
- c) Segundos oficiais;

d) Tercêiros oficiais;

e) Praticantes.

Os funcionários de tesouraria são, pela mesma ordem:

a) Tesoureiro da sede;

b) Tesoureiro da filial do Porto;

c) Tesoureiros de filial e feis de tesouraria de Lisboa e da filial do Porto;

d) Delegados de tesoureiro, e feis de tesouraria das restantes filiais;

e) Cobradores e conservador da casa forte.

2.º Os empregados ascenderão aos graus de categoria superior por concurso de provas públicas ou por antiguidade com boas notas de serviço, alternadamente. Os lugares de chefe de serviço e primeiros oficiais serão sempre providos por concurso.

Art. 292.º Os concursos serão abertos perante o Conselho de Administração da Caixa e anunciados em dois números sucessivos do *Diário do Governo*. O prazo do concurso é de trinta dias, a contar da data da publicação do último anúncio, devendo os concorrentes dentro desse prazo apresentar os seus requerimentos e documentos respectivos.

Dentro de vinte dias, depois de terminado o prazo do concurso, terá lugar a produção das provas, numa das salas do edificio da Caixa, em dias designados pelo administrador geral e anunciados com antecipação de oito dias, pelo menos, no *Diário do Governo*, e em aviso afixado no vestíbulo do mesmo edificio. Deste anúncio devem constar os nomes dos candidatos admitidos ao concurso.

§ único. Os concursos serão abertos para as vagas que se tenham dado e são válidos também para as que se verificarem dentro de doze meses a contar da sua data.

Art. 293.º As provas de concurso para chefe de serviços e inspectores consistem:

a) Em interrogatórios orais sobre dois pontos tirados à sorte, uma hora antes de principiar a produção das provas, sendo os candidatos interrogados em cada um dos pontos, até uma hora, por dois vogais do júri, versando também este interrogatório sobre quaisquer dependências que a matéria tenha com os serviços de todas as repartições da Caixa.

b) Na redacção de uma consulta ou informação sobre um ponto tirado à sorte no acto do concurso e que verse sobre a applicação das leis ou regulamentos em vigor a determinada hipótese de serviço, sobre a resolução de um caso administrativo ou disciplinar, ou ainda sobre a forma de aperfeiçoar os serviços da Caixa.

§ 1.º O júri organizará pontos para os interrogatórios orais e para a prova escrita, sendo tirados à sorte pelo primeiro candidato na ordem alfabética dos nomes.

§ 2.º As provas orais serão prestadas perante todos os membros do júri. No mesmo dia sómente poderão ser interrogados dois candidatos, e para cada dia serão tirados novos pontos orais.

§ 3.º O ponto escrito será o mesmo para todos os candidatos, e esta prova é prestada por todos no mesmo dia, presidindo o administrador geral ou um chefe de serviços por este nomeado, sendo concedidas duas horas para a sua resolução. As provas serão assinadas pelos candidatos e encerradas em sobrescritos entregues a quem presidir, sendo todas as provas incluídas num único volume lacrado com o sinete do administrador geral e rubricado pelo funcionário que presidir, por outro empregado superior da Caixa, e pelos candidatos presentes a esse acto, que o desejarem fazer.

§ 4.º Aos candidatos serão fornecidas as leis, regulamentos e instruções que requisitarem, e não lhes é permitido comunicar entre si ou com pessoas estranhas.

Art. 294.º Dentro do prazo de oito dias depois de prestada a última prova reunir-se há o júri para proceder ao

exame das provas escritas, que nesse acto serão abertas, e à classificação dos concorrentes. O escrutínio é secreto, procedendo-se primeiro à votação sobre o mérito absoluto dos candidatos e em seguida, quando aprovados, à sua classificação em mérito relativo.

§ 1.º Os candidatos serão graduados em mérito relativo segundo a seguinte tabela: 10 e 11 valores, *suficiente*; 12 a 15 valores, *bom*; e 16 a 20 valores, *muito bom*. O que alcançar um total de valores inferior a 10 considera-se reprovado.

§ 2.º Do resultado do concurso lavra-se acta no livro competente, enviando-se cópia para o Ministério das Finanças e publicando-se a classificação no *Diário do Governo*. As provas escritas ficarão arquivadas na Secretaria da Administração da Caixa, sendo enviadas ao Ministério das Finanças, se o respectivo Ministro as requisitar.

§ 3.º A preferência para a nomeação, no caso em que dois ou mais candidatos obtenham igual classificação, será determinada pela antiguidade dos mesmos no lugar anterior, e, sendo esta também igual, pela idade.

Art. 295.º O candidato que faltar a qualquer das provas perde o direito ao concurso, salvo alegando motivo justificado. Neste último caso o júri, verificando a legitimidade do impedimento, pode espaçar até quinze dias o concurso do candidato impedido, tirando este novo ponto para as provas que ainda não tiver prestado e fazendo-se depois a classificação de todos os concorrentes.

Art. 296.º O júri dos concursos para inspector e chefe de serviços será constituído, segundo escolha do Conselho de Administração, por um inspector ou chefe de serviços e um professor de matéria comercial ou perito contabilista, presididos pelo administrador geral ou pelo vogal do Conselho em quem delegue. O presidente, querendo, poderá interrogar os candidatos.

Art. 297.º As provas dos concursos para oficiais consistem:

Para os primeiros oficiais:

a) No interrogatório oral feito, até uma hora, pelos vogais do júri, sobre três pontos tirados à sorte uma hora antes;

b) Na resolução por escrito de três pontos relativos ao serviço das repartições da Caixa, tirados à sorte no acto do concurso.

Para os segundos e terceiros oficiais:

Na resolução por escrito de quatro pontos nas mesmas circunstâncias acima estabelecidas, mas de menor dificuldade.

§ 1.º Aos candidatos são concedidas seis horas para a resolução dos pontos escritos, assistindo à redacção das provas um chefe de serviços designado pelo administrador geral.

§ 2.º Os pontos serão organizados pelo júri, cinco para o interrogatório oral e dezasseis para as provas escritas.

§ 3.º O júri para estes concursos é formado pelo administrador geral da Caixa, que presidirá, o pelo inspector e um chefe de serviço, e na falta ou impedimento dalgum deles por primeiros oficiais designados pelo administrador geral. Servirá de secretário o mais moderno dos vogais, ou o primeiro oficial que fizer parte do júri.

§ 4.º As provas para os concursos de funcionários de tesouraria consistirão num interrogatório sobre um ponto tirado à sorte sobre as matérias correlativas à sua competência, e na resolução, por escrito, de uma dúvida ou dificuldade de serviço.

Art. 298.º As disposições relativas aos concursos para chefes de serviços regulam para os outros concursos em tudo o que lhes possa ser aplicável e que não estiver especialmente previsto.

Art. 299.º A antiguidade dos funcionários para o efeito das promoções é contada desde a data do decreto de nomeação, quando a posse tenha sido tomada dentro de trinta dias; descontando-se as faltas ou licenças que tenha tido excedentes à média de trinta dias em cada ano, ainda que as faltas tenham sido dadas por motivo de doença, e as licenças concedidas por motivo justificado, descontando-se-lhes igualmente todo o tempo em que tenham estado na inactividade ou ausentes do serviço da Caixa, embora desempenhando qualquer comissão de serviço público. Em igualdade de circunstâncias prefere o mais idoso.

§ único: Para a promoção por antiguidade é sempre necessário que o empregado, além de competência provada para desempenhar as funções do lugar superior, se tenha tornado digno do aceso pela sua assiduidade e zelo pelo serviço. Estes requisitos servirão de fundamento à proposta que o administrador geral deve enviar ao Governo.

Art. 300.º O empregado que for chamado a desempenhar qualquer comissão de serviço público que seja incompatível com o exercício regular do seu emprego é considerado na situação de inactividade, sem que possa receber qualquer vencimento pela Caixa. Estes empregados não deixam vaga.

§ único: Os empregados que por qualquer motivo tenham passado à inactividade só podem concorrer a concursos abertos na Caixa depois de estarem na actividade do serviço durante um ano consecutivo.

Paços do Governo da República, 29 de Maio de 1922.— O Ministro das Finanças, *Albano Augusto de Portugal Durão*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negócios Políticos
e Diplomáticos

2.ª Repartição

Por ordem superior se torna público, para os devidos efeitos, que o Governo da República Portuguesa reconheceu, de facto e de direito, em 25 de Maio de 1922, o Estado independente da Albânia.

Direcção Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos, 26 de Maio de 1922.—Pelo Director Geral, *Eugénio Tavares*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES

Direcção Geral do Comércio e Indústria

Repartição da Propriedade Industrial

Decreto n.º 8:163

Considerando que o Acôrdo Internacional de Berna, celebrado a 30 de Junho de 1920, só pôde ser ratificado pelo Governo Português em 10 de Janeiro de 1922, isto é, depois de terminados alguns dos prazos pelo mesmo Acôrdo estabelecidos;

Considerando que, por tal facto, algumas das vantagens que o mesmo Acôrdo oferecia não puderam ser utilizadas;

Considerando que se torna necessário restabelecer duma maneira definitiva e sem prejuizos para terceiros os direitos de propriedade industrial atingidos pela guerra;